

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

JOBIM, Nelson Azevedo. Nelson Jobim IV
(depoimento, 2013).

Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas
(FGV), (2h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Nelson Jobim IV
(depoimento, 2013)**

Rio de Janeiro

2015

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Marcos Tourinho; Oliver Stuenkel ;

Levantamento de dados: Marcos Tourinho ; Oliver Stuenkel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marcos Tourinho ; Oliver Stuenkel;

Técnico de gravação: Ítalo Rocha Viana;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 10/05/2013 a 10/05/2013

Duração: 2h 30min

MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Política Externa e Relações Internacionais da Nova República”, desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre dezembro de 2011 e dezembro de 2013. O projeto visa à gravação de 20 horas de depoimentos com presidentes e principais diplomatas que tiveram participação nas relações internacionais da transição democrática até os dias atuais. Tais entrevistas serão tratadas e divulgadas no portal do CPDOC, bem como servirão de subsídio para publicação de um livro.

Temas: Aeronáutica; Agência Nacional de Aviação Civil; América do Sul; Argentina; Aviação civil; Bolívia; Brasil; Celso Amorim; Civis e militares; Colômbia; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Condoleezza Rice; Defesa nacional; Desastres naturais; Emirados Árabes Unidos; Energia nuclear; Equador; Estados Unidos da América; Exército; Força Aérea Brasileira; Forças Armadas; Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc); França; Fronteira; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Guiné-Bissau; Haiti; Infraero; Irã; José Genoino; Livro Branco de Defesa Nacional; Luiz Inácio Lula da Silva; Marco Aurélio Garcia; Marinha; Militares; Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Organização das Nações Unidas; Palácio Itamaraty; Peru; Política externa; Política internacional; Relações internacionais; Rio de Janeiro (cidade); Rússia; Samuel Pinheiro Guimarães; Segurança nacional; Seleção Brasileira de Futebol; Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); União Interparlamentar; Uruguai; Venezuela; Zilda Arns Neumann;

Sumário

Entrevista: 10.05.2013

Arquivo 1:

Crise na aviação civil brasileira; convite para o Ministério da Defesa; acidente da TAM; carta branca do Lula; aceite do convite para Ministério da Defesa; consideração sobre três elementos ligados ao Ministério da Defesa: Infraero, DECEA, ANAC; criação da Secretaria de Aviação Civil; convite de Solange Vieira para assumir a Secretária de Aviação Civil; afastamento de dos diretores da ANAC e Infraero; reforma do Ministério da Defesa; conversa com as Forças Armadas; fortalecimento do Ministério da Defesa com Marinha, Aeronáutica e Exército; construção de uma Estratégia Nacional de Defesa junto com Mangabeira; mapeamento de problemas e construção de relação de confiança com as Forças; uso de farda militar; representação judicial contra Nelson Jobim; atuação para subordinação dos militares à autoridade civil; proibição de encontros particulares entre o presidente da República e representantes do exército; aumento de Orçamento para o Ministério da Defesa; indústria da Defesa Dual; criação da posição de Chefe de Estado-Maior Conjunto; atritos com membros das Forças Armadas; destituição do General Maynard Marques de Santa Rosa; acordo com General Augusto Heleno; resolução da crise no Morro da Previdência; viagens pelas fronteiras do Brasil; visita de políticos às fronteiras brasileiras; debate público sobre Segurança Nacional e o Livro Branco; expansão do debate para a América do Sul; crise entre Equador, Venezuela e Colômbia em 2008; criação do Conselho de Defesa Sul-Americano; visita aos países Sul-Americanos e conversas com seus presidentes, ministros de relações exteriores e ministros de defesa; negociação com a Colômbia para criação do Conselho de Defesa Sul-Americano; negociação com Uruguai para criação do Conselho de Defesa Sul-Americano; negociação com Argentina para criação do Conselho de Defesa Sul-Americano; problema de fronteira entre Equador e Peru na Cordillera del Cóndor; mediação entre Equador e Peru em 1998; consolidação do Conselho de Defesa Sul-Americano; visita aos Estados Unidos e conversa com Robert Gates e Condoleezza Rice; reunião com Chávez; considerações sobre a reativação da Quarta Frota; debate na Washington University sobre a Bacia do Atlântico.....p.1-28.

Arquivo 2:

Discussão sobre Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira; considerações sobre Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar; lembrança das discussões sobre a reativação da Quarta Frota; relação com Itamaraty; relação com Marco Aurélio Garcia; considerações sobre a fronteira entre Brasil e Colômbia; posicionamento brasileiro a respeito das Farc; viagens para os Estados Unidos; contato com Clifford Sobel; conversas com Condoleezza Rice e Robert Gates; relacionamento com Robert Gates; contato com Jim Jones; lembrança de jantar na Suprema Corte estadunidense; contato com Antonin Gregory Scalia; relação entre Ministério da Defesa brasileiro e Estados Unidos; encontros com Robert Gates sobre compra de radares estadunidenses; observações sobre Lei de Abate do Brasil; contato com Chuck Hagel; criação de Livro Branco de Defesa;

relação com membros das Forças Armadas brasileiras; relação entre Ministério da Defesa brasileiro e França; negociações para compra de submarinos; transferência de tecnologia; contato com almirante Guillaud; atuação para desenvolvimento de indústria da defesa; relação de Lula com Bush; negociação para compra de aviões de caça e a preferência por aviões de caça franceses; considerações sobre fracasso das negociações; considerações sobre relações Brasil-França; opinião atuação de Lula frente crise do Irã; posição sobre Brasil assinar Protocolo Adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear; considerações sobre centrífuga nuclear brasileira; tentativa de relação estratégia entre Brasil e Rússia; tentativa russa de vender avião de caça para o Brasil; tentativa de coordenação entre Emirados Árabes, Líbia e Índia para compra de avião de caça francês; considerações sobre Força Área Brasileira; considerações sobre fracasso de compra dos aviões de caça; atuação na crise da Líbia em 2011; posicionamento brasileiro sobre Responsabilidade de Proteger e Intervenção Humanitária: princípios orientadores das relações internacionais e confecção da carta da ONU; atuação na Crise da Guiné-Bissau em 2012; participação na reunião de ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa..... p.29-59.

Arquivo 3:

Participação brasileira na crise na Guiné-Bissau em 2012; breve consideração da política externa do Lula; considerações sobre a participação do Brasil na Missão de Paz no Haiti: viagens do entrevistado, atuação dos militares brasileiros e jogo da Seleção brasileira de Futebol no país; atividades do Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti após terremoto em 2010; ajuda humanitária brasileira encaminhada para Haiti; gestão do Aeroporto em Porto Príncipe por exército estadunidense; menção à retirada do corpo de Zilda Arns do Haiti; reunião com René Préval e Leonel Fernández em 2010, presidentes do Haiti e República Dominicana, respectivamente; relação entre Forças estadunidenses e Forças brasileiras no Haiti; negociação interna para aumentar número de soldados brasileiros enviados; solidariedade dos militares brasileiros às vítimas; considerações sobre outras nacionalidades integrantes da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (United Nations Stabilization Mission in Haiti - MINUSTAH); treinamento dos soldados para operações de paz e o uso deste treinamento no Rio de Janeiro; gestão da MINUSTAH: número de mortos em operações e remuneração dos membros das Forças Armadas brasileiras; a repercussão do uso de farda militar e a aproximação com soldados; relação entre Ministério da Defesa e Itamaraty; relacionamento com Samuel Pinheiro Guimarães; negociação a respeito do Protocolo Adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear; relacionamento com José Genoino Guimarães Neto..... p.59-82.

Entrevista: 10 de maio de 2013

O.S – Queríamos começar a falar sobre o primeiro momento no Ministério da Defesa, como aconteceu, e como foi feito o convite.

N.J. – Bom, ocorre o seguinte: na verdade, naquele momento tinha o problema... uma crise da aviação civil: tinha havido aquele acidente da Gol, e o problema de greves de controladores de voo, aquela confusão toda que houve naquela época. E eu havia sido sondado, num primeiro momento, pelo ministro da Justiça da época, que era o Tarso Genro, hoje governador do Rio Grande do Sul, que é meu amigo de infância e que é lá de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Mas eu não aceitei. Eu tinha saído do Supremo em abril de 2006 e não tinha nenhuma pretensão de voltar para a área pública; eu queria continuar na minha profissão de advogado. Eu até já tinha aberto o escritório. Então não aceitei. Aí, numa segunda vez, veio conversar comigo o assessor de imprensa do presidente da República, que era o ministro Franklin Martins. Veio conversar comigo da necessidade, porque estava aquele problema da gestão, no Ministério da Defesa, em relação à aviação civil, praticamente. Porque o problema dos militares não tinha nenhuma dificuldade. E aí veio me sondar e eu... Ele disse que o presidente Lula queria conversar comigo, eu fui conversar com o presidente Lula, ele fez .. “Ah, estou precisando de você etc. e tal. Seria bom, porque você tem autoridade para conduzir esse processo, não sei o quê”, e eu então fiquei de responder para ele. Evidentemente que eu não respondi na hora. Aí, no dia seguinte, eu liguei ao Franklin dizendo que não podia: “Não, não dá, explica para o presidente, não é possível, estou retomando algo que eu parei há 20, 30 anos atrás etc.”. Aí eles acharam que... Como eu tinha o escritório de advocacia, eles acharam que eu não estava aceitando porque eu tinha compromissos com o a pessoa com quem eu ocupava um espaço lá, no escritório. Veio o Sigmaringa Seixas, que era muito ligado ao presidente Lula, o Sig, que também era um grande amigo meu, veio com o advogado com quem eu trocava espaço físico – não éramos sócios –, fazíamos trabalhos juntos etc., que era o Eduardo Ferrão, veio conversar comigo etc. e tal, e eu não aceitei. Aí houve o acidente da TAM.

O.S. – Sim, em São Paulo.

N.J. – Aí, quando houve o acidente da TAM, vieram de novo. Veio ele, o dr. Ferrão... o Sig, o dr. Ferrão e o Gilmar Mendes, que era meu amigo lá no Supremo. Aí insistiram e tal. E a minha mulher estava se opondo... No fim, acabei aceitando. Porque a situação era complicada, estava um pânico aquele negócio, então eu acabei aceitando. Aí, nós ligamos ao presidente Lula... o Sigmaringa ligou ao presidente Lula e aí, no final da tarde, eu fui para lá, conversei com ele e disse a ele que aceitava, mas tinha... Não queria impor condições para aceitar, mas disse: “Olha, eu quero carta branca, eu quero carta branca para tentar gerir esse problema dessa crise”. Por quê? Porque a crise aérea, naquele momento, estava em cima da mesa do presidente. O presidente tinha recebido inclusive comandantes de voo, de aviões, para ouvir, e os presidentes de sindicatos etc. Quer dizer, a crise tinha se transportado para dentro da mesa do presidente no palácio. Eu disse: “Olha, tem que sair isso daí. Não é possível você ficar se envolvendo nesses assuntos. Então, vamos combinar, esse assunto, eu assumo, mas você não vai receber mais ninguém nem vai tratar desse assunto; quem vai tratar sou eu.” “Não, está tudo bem então.” E aí acabei entrando. Foi isso.

M.T. – Então não tinha nenhum outro possível candidato? Eles não estavam considerando outras pessoas, que o senhor saiba?

N.J. – Não. Pelo menos eu não sei. Mas creio que não, porque...

M.T. – Foram insistentes.

N.J. – Foi no quinto convite, ou uma coisa assim, que eu aceitei. Então... Aí eu entrei, e a primeira coisa foi a gestão dessa questão...

O.S. – Da crise aérea.

N.J. – E a gestão da crise aérea tinha um ingrediente que era o fato de que se envolviam, na crise aérea, três elementos, três pontos ligados ao Ministério da Defesa: um era a Infraero, que tratava da infraestrutura do espaço aéreo, aeroportos etc.; outro era o controle do espaço

aéreo, que era feito pela Aeronáutica – esse não tinha problema –, que era o DECEA¹... Tínhamos que resolver algum problema da carreira dos controladores. E a terceira era a ANAC², que era o órgão regulador e fiscalizador. E aí surgiu a seguinte curiosidade: você não tinha, no Ministério da Defesa, nenhuma estrutura destinada a gerir essas pontas, ou seja, gerir o espaço aéreo. Não tinha nada. A única coisa que tinha eram os três organismos, que se ligavam diretamente ao ministro. Mas você não tinha uma estrutura interna que tratasse dos assuntos. E de outra parte, a Infraero tinha sua própria agenda; a ANAC tinha sua própria agenda; e o pior era que os diretores da ANAC e os diretores da Infraero, cada um deles tinha uma agenda individual. Era um desastre. Então, qual foi a coisa? O presidente Lula aceitou, eu criei uma Secretaria de Aviação Civil junto ao Ministério da Defesa, e convidei, na época, a dra. Solange Vieira, que já tinha trabalhado comigo no Supremo e eu conhecia de bem de antes, e aí a Solange, que era do BNDES, uma economista do BNDES, assumiu a Secretaria de Aviação Civil. E aí montamos uma estrutura: uma Diretoria de Infraestrutura Aérea, cuja interface era a Infraero; uma estrutura de regulação, que cuja interface era a ANAC; e uma estrutura de controle de espaço aéreo, que cuja interface era o DECEA. E aí as coisas foram se organizando. Então, o primeiro momento foi um momento um pouco difícil. Não havia como você tocar para frente aquilo mantendo aqueles personagens que estavam nas diretorias tanto da ANAC como da Infraero. Então foi só um trabalho mesmo de afastamento. Da Infraero, não tinha dificuldade porque era demissível *ad nutum*. Já a ANAC, não. A ANAC era mandato. Aí eu dei uns cotovelaços e acabou substituindo todo mundo. Aí as coisas depois entraram no eixo.

O.S. – Isso foi o tema mais urgente.

N.J. – Foi no primeiro momento.

O.S. – Antes de aceitar, o senhor pensou sobre as implicações além da crise, ou seja, o tema da transformação do Ministério da Defesa? O senhor cogitou quais são as implicações, as possibilidades, no ministério, de assumir esse comando?

¹ O entrevistado refere-se ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

² O entrevistado refere-se à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

N.J. – Não. Antes de assumir, não, porque foi tudo uma coisa, digamos, muito rápida. Então, quando eu assumi... É evidente que eu consegui montar essa estrutura porque logo eu convidei a Solange e a Solange veio imediatamente, e aí a parte da gestão propriamente dito, administrativa do problema aéreo, a Solange assumiu. E aí, então, eu dava toda a força política e participava do processo todo, para tentar acalmar aquilo tudo. E ainda tinha as empresas aéreas, também. Tinha grandes problemas.

M.T. – Mas o presidente não comentou, nesse processo de nomeação, que o senhor também poderia transformar o ministério?

N.J. – Não. Isso foi ideia minha. Aí, no momento em que, digamos, pacificou a situação da aviação civil, ficou organizado e começamos a tocar. Eu então me dei conta que o Ministério da Defesa não existia, ou seja, era um órgão sem nenhuma... As Forças tinham completa autonomia em tudo. E aí o problema da completa autonomia em tudo surgiu. Eu percebi logo,... Eu entrei em agosto e, no final de agosto ou início de setembro, veio um dos secretários do Ministério da Defesa, junto com um general reformado que era assessor lá dessa secretaria, e me trouxe um projeto, um projeto de lei de aumento dos militares. Aí eu disse: “Mas como é esse projeto?”. Aí diz o assessor para mim... Porque eu estava envolvido ainda no negócio aéreo. Ele diz: “Não, não, ministro, não tem problema, as Forças já se acertaram”. [risos] Foi aí que eu acendi a vela. Eu disse: “Como é que é?”. “Não, as Forças já se acertaram. Está tudo resolvido. É só o senhor assinar o anteprojeto para mandar para o Planejamento.” Eu disse: “Não. Mas eu não me acertei ainda”. Aí... “Mas como?”. “Não. Primeiro eu quero examinar esse projeto e ver isso aí. Eu quero saber como é que isso funciona.” Isso foi o primeiro momento. E o segundo foi do orçamento. Porque aí, quando veio... O mesmo secretário, na semana seguinte, me trouxe a proposta orçamentária do Ministério da Defesa: “Olha, ministro, já está tudo resolvido e tal, é só...”. Eu disse: “Espera um pouquinho. Como é esse negócio?”. “Não, é que você tem... As Forças já se acertaram, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica já resolveram como é que vão dividir isso.” Eu disse: “Mas eu não resolvi nada”. Aí mudou. Aí eu comecei a fazer... Aí eu comecei a me dar conta que nós tínhamos que dar uma revisão no Ministério da Defesa por duas linhas:

primeiro, assumir a autoridade do ministro em relação às Forças, e a segunda era, com isso, fazer mudanças, legislativas inclusive, institucionais, do próprio funcionamento da instituição. E aí nós começamos um processo de alteração do Ministério da Defesa, ou seja, de fortalecimento, e que... Aí, paralelamente a isso, eu conversei com o Mangabeira³, que era secretário de Assuntos Estratégicos, e discuti... Porque eu já me dava muito bem com ele, e fomos conversar, e eu disse: “Olha, Mangabeira, nós precisamos trabalhar... mudar essa coisa aí”. E aí se falava muito no Livro Branco de Defesa, cobravam etc., e eu disse: “Vamos fazer uma Estratégia Nacional de Defesa”. E aí, então, começou o processo da discussão da criação da Estratégia Nacional de Defesa, que induziu a todas as mudanças a toda a transformação.

M.T. – Qual foi a reação dos militares nesse primeiro momento?

N.J. – No início eles estranharam. Porque eu me lembro que uma vez nós pedimos a eles... A primeira coisa que tínhamos que fazer era tomar conhecimento do estado da arte. Então, marcamos reuniões com o alto comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para que eles nos expusessem os planos deles. E aí eles apresentavam as coisas como definitivas. E aí eu comecei a estudar aquele assunto. E aí começamos a fazer perguntas, tanto o Mangabeira... E o Mangabeira é um sujeito inteligentíssimo, e tinha estudado o assunto, e aí começou a fazer perguntas e mostrar que tinha problemas. Por exemplo, vou te dar uma ideia: em uma reunião no quartel-general do Exército, o general Enzo⁴ e os outros oficiais que trabalhavam com o Enzo, grande parte, generais, eles me fizeram uma exposição sobre o estado da arte do Exército, mostrando... como se as coisas estivessem boas... Não tinha nada para mexer. Aí eu perguntei para eles: “Escuta, a concentração de Forças são todas na linha do litoral”. Eu disse assim: “Eu não estou entendendo. Como é que a Infantaria vai entrar no mar, hem?”. Aí ele ficou... “Como?” “Sim. A Infantaria não é para o mar. Para o mar, é a Marinha. No máximo, é fazer uma proteção na descida. O problema nosso está para cá. Não é para o outro lado?” “Ah, não, é lógico. Mas aí nós deslocamos.” “Tá, quanto é que custa esse deslocamento, se houver algum problema? E como é que vocês vão deslocar isso?”

³ O entrevistado refere-se a Roberto Mangabeira Unger, então Secretário de Assuntos Estratégicos.

⁴ O entrevistado refere-se a General Enzo Martins Peri.

Quanto tempo leva para chegar?” “Ah, não, aí vai depender da Força Aérea.” “Pois é. Mas tem Hércules para levar todo mundo?” Aí comecei a levantar o problema e disse: “Olha, não dá. A tradição nossa é ficarmos...”. Aí eu perguntei: “Escuta, me diz o seguinte...”. Porque eu já estava habituado com a história da aviação civil. Aí eu perguntei para eles: “Escuta, no Rio de Janeiro, vocês têm lá o Batalhão de Engenharia... aliás, de Paraquedistas. Quantos *slots* vocês têm para treinamento, na área do Rio de Janeiro?” Eles tinham um por mês, para fazer treinamento.

M.T. – Nossa!

N.J. –Aí começamos a discutir. Aí eles se deram conta. Estranharam primeiro que nós estávamos falando sobre aquele assunto pelo menos com um mínimo de conhecimento – o suficiente para aquele momento. Aí começou... E aí se integrou muito, porque eles perceberam que podiam contar com a gente e que nós estávamos interessados. Ou seja, mudou o viés de relacionamento. Porque o viés de relacionamento era: o comandante conversava com você, mas você não tinha nenhuma interação com a Força em si. E eu usei um instrumento político, que funcionou. E foi consciente disso, o uso... e com a concordância... E a sugestão foi do comandante do Exército. O general Enzo que sugeriu. Eu usei um instrumento de aproximação, que foi usar farda.

M.T. – Sim.

N.J. – A partir do momento que eu passei a usar farda, foi um bum, abriram as portas.

O.S. – Mas isso teve uma reação negativa, também, em algumas áreas.

N.J. – Só... A reação negativa foi do pessoal da reserva. Porque havia o seguinte: o pessoal da reserva reagiu... Inclusive teve uma representação contra mim no Ministério Público que depois foi arquivada, pelo procurador... Acho que foi o Celso de Mello. Eu não me lembro quem foi que despachou isso. Ou foi o procurador-geral? Foi o procurador-geral.⁵ Bem,

⁵ O entrevistado refere-se ao então procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza.

quando eu passei a usar farda, eu tive uma recepção muito forte, muito boa, por parte dos oficiais baixos, ou seja, até major, soldado... Acharam ótimo. Porque eu entrava, eu acompanhava, mergulhava, me sujava, ia dormir no acampamento. Enfim, aquilo dava uma certa aproximação a eles. O problema estava entre uma elite mais antiga, que ainda estava na ativa, com a cabeça mais antiga do Exército, porque eu sustentei que era a subordinação dos militares à autoridade civil.

O.S. – Sim.

N.J. – Eu disse: “Olha, tudo isto é porque as Forças terão que se subordinar à autoridade civil”. E aí começou... “Não, quem comanda as Forças é o presidente da República, e não o ministro.” E efetivamente não era. Porque o quadro era o seguinte... Tu tinhas essa estrutura aqui: o presidente da República, o ministro da Defesa... E o presidente da República era o comandante supremo das Forças Armadas. Tu não tinha a intermediação. Então eles achavam o seguinte: Exército, Marinha e Aeronáutica...

O.S. – Falam direto com o presidente.

N.J. – ...com acesso direto. Então, uma das coisas que eu exigi... Exigi não, eu conversei com o Lula e disse: “Olha, não receba mais os comandantes sozinho. Só eu. E para que os comandantes eventualmente falem com o presidente, eu é que levo. A audiência é feita para mim”.

M.T. – Isso foi institucionalizado depois?

N.J. – Depois institucionalizamos. Aí o Lula aceitou. Aí depois eu alterei a lei complementar que trata da organização das Forças, colocando o ministro da Defesa aqui.

O.S. – Então, esse é um processo não facilmente reversível, agora.

N.J. – Ah, aí tem que aprovar uma lei complementar, para alterar isso.

O.S. – Certo.

N.J. – Agora, veja bem, uma coisa é você ter a legislação; outra coisa é você ter a efetividade da autoridade. Isso não é... Digamos, o fato de ter autoridade por força da lei não significa que o sujeito tenha autoridade. Vai depender da capacidade de liderança do próprio ministro e o envolvimento do ministro com esse povo todo. Então, com isso... E qual foi a modificação que nós fizemos, também? Veja bem, o Ministério da Defesa tinha um braço militar e um braço civil. O braço civil estava aqui embaixo, que eram os secretários. Sendo que havia uma... e há ainda, e tem que ter, de que as estruturas internas do Ministério da Defesa são partilhadas entre as Forças. Então você tinha um personagem... Eu não vou entrar no detalhe maior, mas tinha um personagem que era o chefe do Estado-Maior de Defesa. Esse chefe do Estado-Maior de Defesa era rotativo entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Sempre mudava. Aí o que acontecia? Qual a cena que eu assistia muito? Quando o comandante da Força vinha... o comandante da Força da qual participava... Por exemplo, vamos supor que era um general de quatro estrelas aqui, mas vinha o comandante do Exército e esse general ia lá embaixo esperar o comandante. Então você não tinha um chefe do Estado-Maior de Defesa ligado... você tinha um preposto do Exército junto à chefia. Aí, nós, na alteração da lei complementar, eu criei o chefe do Estado-Maior Conjunto, e esse personagem, aceitando, ele passava para a reserva. Ou seja, ele não volta. Porque esse personagem aqui, terminado o mandato, ele voltava.

O.S. – Representava a Força dele.

N.J. – Então ele representava a Força no Ministério da Defesa. Você não tinha um chefe do Estado-Maior da Defesa; você tinha um chefe maior...

M.T. – Representante da Força.

N.J. – E aí não funcionava.

M.T. – Houve também um aumento de orçamento significativo no ministério, durante o seu...

N.J. – Ah, sim.

M.T. – Como o senhor conseguiu esse aumento? Foi via a Presidência diretamente? Foi um acordo com a Presidência? Foi com a Casa Civil?

N.J. – Foi o presidente da República. Foi o Lula.

M.T. – Isso ajuda também a diminuir as resistências dos militares?

N.J. – Ajuda. Porque ocorre o seguinte: como o Ministério da Defesa não tinha uma estrutura de... Enfim, era um órgão mais ou menos parecido com o antigo Emfa⁶, aquele Estado-Maior das Forças .Lembra-se? Que era um negócio que não tinha muita importância, mas tinha o status de ministro. O Ministério da Defesa não estava interessado muito nisso. Não se mexia com o problema das Forças. Quem resolvia o problema eram as Forças. Eles é que cuidavam. Aí, como a gente fez aquela Estratégia Nacional de Defesa e estabeleceu como regra, como princípio... Como você não tinha a possibilidade de estar presente em todos os lugares, então nós estabelecemos três vetores: monitoramento, mobilidade e presença. O monitoramento importava em você ter sistemas de monitoramento do território; a mobilidade você importava em ter instrumentos de deslocamento etc., fundamentalmente a Força Aérea; e aqui você tinha a possibilidade de estar presente. Então, aí você tinha uma estrutura lógica “nós precisamos disso por isso”, e não porque precisa ter. E aí o presidente Lula compreendeu claramente isso e nós aumentamos enormemente os planos... os projetos militares. E aí outra coisa que foi também fundamental, foi mostrar que aquilo que eu chamava... que nós chamamos de indústria de defesa, ela era dual e que, então, aqui me importava em vantagens militares e vantagens civis, de uso civil e militar. E aí passou a ser a política de que esses objetos aqui estavam ligados ao desenvolvimento do país. E aí se criou a regra da transferência de tecnologia: nós só comprávamos se tivesse transferência de

⁶ O entrevistado refere-se ao Estado Maior das Forças Armadas (Emfa).

tecnologia e construção no país. Foi isso que aconteceu com o projeto dos helicópteros, que está sendo feito lá pela...

M.T. – Do submarino, dos aviões...

N.J. – O submarino, também, que está sendo feito aqui em Itaguaí. Toda a discussão era exatamente isso. E aí nós passamos a trabalhar também muito ligado aos industriais.

O.S. – Certo.

N.J. - Então, grandes discussões. Aquela lei que saiu agora há pouco foi um projeto nosso, estava pronto já, uma medida provisória sobre a indústria de defesa, sobre um tratamento diferenciado à indústria de defesa, para estimular etc., etc. Isso tudo estava dentro de um conjunto.

O.S. – Agora, então, esses dois processos, do aumento orçamentário e da imposição da autoridade civil, foram dois processos interdependentes, nesse sentido.

N.J. – Tinham que ser interdependentes, porque você não podia impor a autoridade civil sem...

O.S. – Sem oferecer nada.

N.J. – ...sem mostrar que aquilo estava crescendo.

O.S. – Sem oferecer alguma coisa.

N.J. –...é claro, é lógico, sem fazer um jogo político. Acabou-se aceitando-se... Ah! E depois, outra coisa que foi também importante era que você tinha, desde a época do... Tinha um decreto do Figueiredo que definia o que na época chamava-se Estrutura Militar de Guerra, e essa Estrutura Militar de Guerra era assim: o presidente da República; o

personagem, o comandante da operação de guerra, que aí teria os braços, enfim, os comandantes de Força, que davam a logística para este comandante. Mas este comandante tinha contato direto com o presidente. O ministro da Defesa não tinha nada que ver com isso. Aí eu alterei o decreto e passei a chamar Estrutura Militar de Defesa, não mais de Guerra, e coloquei o ministro da Defesa aqui. O ministro da Defesa é que se reportava ao presidente e ele é que comandava aqui embaixo. O presidente não tinha acesso direto. E aí mudou muito.

M.T. – E o presidente Lula percebeu, ele compreendeu que isso era...?

N.J. – Ah, ele percebeu logo. O Lula pegou logo o problema. Aí ele dizia assim para mim: “Mas tu vai conseguir, Jobim?”. “Pode deixar que eu faço.” Aí foi indo, foi indo, eu fui fazendo. Inclusive, esse chefe do Estado-Maior Conjunto, eu coloquei no mesmo nível de precedência dos comandantes militares, dos comandos militares. Não dava, evidentemente, para você dizer, tipo o modelo americano, em colocar o chefe do Estado-Maior como o chefe das três Forças. Não tinha espaço político para aquilo naquele momento. Então eu fiz no mesmo plano, ou seja, tem o mesmo... no mesmo status de hierarquia...

O.S. – Certo.

N.J. – Então, estamos na mesma hierarquia. Já era um avanço. Porque antes, não, antes eu estava abaixo deles, abaixo dos comandos.

M.T. – Então o presidente Lula não tinha essa intenção de início, mas aceitou rapidamente.

N.J. – Não, não tinha. E na verdade, também, como eu me liguei muito ao Mangabeira, e o Mangabeira é um trabalhador forte, nós nos entendemos muito bem e fizemos... Aí o Lula gostou. Gostou porque estava mexendo. E os militares estavam mexendo. E eu então tive alguns momentos em que, curiosamente... Alguém dirá: “Ah, foi crise”. Mas não foi. Crise

não foi. Mas foi um momento em que deu espaço para que eu exercesse a autoridade. Foi um general de quatro estrelas⁷, da ativa, que estava no Ministério da Defesa... Não. Ele já tinha saído do Ministério da Defesa e estava... Era comandante de um daqueles... Não sei se era Pessoal... Não me lembro o que era. Esse cidadão fez lá umas declarações, escreveu um artigo sobre não sei o quê, e saiu, ou fez uma palestra... Foram dois casos. Esse general... Ele tinha um nome francês. Eu não me recordo mais o nome dele. Ele fez lá uma declaração e saiu estampado... Eu me acordo de manhã, abro o jornal, estava a declaração desse... que era um negócio... Acho que era terra indígena. Não me recordo mais o que era, mas era uma coisa... criticando as decisões do governo. Aí eu me acordei, vi aquilo, sete horas, liguei para o Enzo, “Enzo, vamos remover esse cidadão”. Porque esses cargos eram todos, na época, do presidente da República. “Ah! O que é que houve?” Eu disse: “Olha, Enzo, prepara tudo aí. Eu vou conversar com o presidente, ele vai ser removido”.

M.T. – Ele era general?

N.J. – Ele era general. “E você me diz para onde é que ele vai. Eu vou destituí-lo dessa função.” Aí o Enzo disse: “Está bem. Está bem.” “Avisar ele.” “Está certo, ministro, está correto.” Aí eu fui ao palácio. Quando eu estava no palácio, entre o Lula, furioso. “O que é isso, Jobim?!” Eu disse: “Não, não tem nada. Pode assinar”. “O que é isso?” “É o ato destituindo o sujeito.” “O quê? Vai destituir?” “Vai, vai destituir.” “Mas e...?” “Não tem problema, está tudo resolvido. Inclusive já foi lá para o corredor.” É aquela história: quando você tira o oficial de um cargo de comando, enfim, de um órgão administrativo ou mesmo de Força, você tem uma forma: você bota à disposição do comandante do Exército. À disposição do comandante, fica no corredor, não tem função. Então botamos à disposição... Ficou à disposição do comandante do Exército e saiu daquela função. Aí deu uma... “Mas como? Ele fez isso?” O outro caso, o general Heleno, que era um sujeito muito diferente desse aqui... Esse aqui não tinha a liderança que tinha o Heleno dentro do Exército. Aí o Heleno fez lá umas declarações, que, materialmente, estavam corretas, sobre o negócio de terra indígena e sobre a forma de...

⁷ O entrevistado refere-se ao general Maynard Marques de Santa Rosa, na época, chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército.

O.S. – Sim, demarcação.

N.J. - ...de a Funai⁸ conduzir etc. e tal. Aí eu chamei o Heleno. Aí o pessoal da Funai, do Ministério da Justiça, enfim, o pessoal... queriam tirar o Heleno. Aí eu fiz o contrário, eu chamei o Heleno e disse: “Olha, eu só peço que você não fale mais no assunto. Eu posso contar contigo?”. “Ministro, não tem problema, não falo mais no assunto.” “Então você vai ficar.” Aí todo mundo vinha para cima de mim. Até que eu disse “Não vou demitir, não. Ele vai ficar. Ele é importante, ele vai ficar e não vai falar mais no assunto.” Aí o Lula... “E aí, Nelson?”

O.S. – “Esse aí vai ficar, sim.”

N.J. – Porque aí eu fiquei com autoridade e fiquei...

O.S. – Certo.

M.T. – E com uma certa lealdade.

N.J. – Fiquei com autoridade, quando tirei, e a lealdade. E eu tive uma bela relação com ele. Não tive problema nenhum. E aí isso mostrou... eu sinalizei. Tive algum problema, e também dei uma endurecida, foi com um comandante daqui do Rio. Lembra-se que houve um problema na favela da Providência. Estava sendo feito um projeto, o Exército estava reconstruindo umas casas, um projeto lá que era ligado a esse senador aqui do Rio que agora é ministro, o Crivella⁹, e houve um problema, porque prenderam um traficante e depois entregaram lá para outra favela e as pessoas mataram o sujeito etc. inclusive os oficiais estão respondendo. E um general me traiu¹⁰... É uma coisa assim. Ele não estava aí, ele estava viajando de férias, e não veio. E eu vim aqui para tratar o assunto e tratei e enfrentei o assunto de... E aí, então, você criou um espaço de uma relação de confiança, não só com o

⁸ O entrevistado refere-se à Fundação Nacional do Índio (Funai).

⁹ O entrevistado refere-se a Marcelo Crivella.

¹⁰ O entrevistado refere-se ao general Luiz Cesário da Silveira Filho, na época, comandante Militar do Leste.

Exército como com a Marinha e a Aeronáutica.

O.S. – Certo.

N.J. - Eu participava muito constantemente. Quer dizer, eu não ficava no gabinete. Eu tinha feito uma estrutura que funcionava, no Ministério da Defesa, então eu vivia viajando para um lado, para outro, e visitando... Viajei toda a fronteira. Nenhum ministro tinha feito isso. Eu conheci toda a fronteira do país, junto com os militares do Pelotão de Fronteira e do Destacamento de Fronteira, que eram menores. Fiz toda a Amazônia. E também usei um jogo político: fiz viagens... O Exército e a Aeronáutica organizavam viagens à Amazônia e eu levava então embaixadores para conhecerem; levava ministros do Judiciário. Porque eles estavam decidindo coisas sobre a Amazônia e não conheciam, então eu levava, para eles conhecerem. Levei vários. Mas não eram viagens de recreação. Eram... É claro que era uma recreação, mas ela tinha um objetivo: o objetivo era que as pessoa... Não eram embaixadores da América do Sul; em geral, embaixadores da Bélgica, daqui, de lá. Para quê? Para saberem que aquilo que eles estavam falando sobre a queima da Amazônia e não sei o quê não tinha sentido. Cheguei a levar o rei da Suécia.

O.S. – Sei. [riso]

M.T. – Uma coisa que é tida como muito importante desse processo, da autoridade civil foi o Livro Branco, a ideia de... principalmente de transparência dos gastos. De onde surgiu essa ideia?

N.J. – Porque, veja, quando eu assumi, eu me lembro perfeitamente disso, eu participei de um encontro no Forte de Copacabana sobre segurança. .E alguém me toca nessa história de Livro Branco e eu não sabia o que era. E eu disfarcei, não é? Eu não sabia, de forma nenhuma. Aí eu fui descobrir o que era o tal Livro Branco e disse: “Ah! Tem que fazer esse negócio”. Aí o Livro Branco foi dentro da estrutura da Estratégia Nacional de Defesa. Aí organizamos... Inclusive, no início, eu pedi uma série de seminários. Eu disse: “Vamos fazer esse negócio, mas não é escrever um livro, vamos juntar gente”. Aí fiz seminários por todo

o país, estruturas.

M.T. – Isso. Criou um debate sobre a defesa.

N.J. – Inclusive se publicou um troço que foi importante, um trabalho muito bom. E depois, era multidisciplinar, ou seja, não era... aquilo que a gente pensava. Tinha gente que criticava, que estava lá fazendo críticas. Aí deu a Política de Segurança Internacional, um livro grande, um seminário. Depois, esse Livro Branco foi um longo seminário, debatemos em todo o país. Aí deu origem... Quando eu saí não estava pronto, ainda; ele estava em construção. Terminou agora, com o Amorim¹¹. Mas foi toda essa estruturação.

O.S. – O senhor sentiu que o Livro Branco, fortaleceu o debate público sobre o tema? Isso é uma consequência?

N.J. – A ideia que eu tinha, e que foi um dos objetivos políticos meus, era fazer com que a Defesa se tornasse algo da agenda nacional. Porque a Defesa era agenda exclusivamente militar.

O.S. – Isso.

N.J. - Eu então consegui levar esse debate sobre a defesa como agenda nacional, criando aquela Frente Nacional de... Frente Parlamentar de Defesa. Enfim, fiz um longo trabalho no sentido de tirar aquilo, digamos, de exclusivamente militar para tornar uma agenda nacional. E aí, nesse caminho todo, eu entendia que nós tínhamos que internacionalizar o debate. Internacionalizar significava o quê? Expandir para a América do Sul, que era o nosso entorno estratégico.

M.T. – Esse é o nosso próximo tema inclusive, é, a América do Sul, porque durante o seu mandato transformou o Ministério da Defesa em um ator relevante internacionalmente. Não era comum o ministro da Defesa ter um papel ativista internacionalmente. E logo no começo

¹¹ O entrevistado refere-se a Celso Amorim, então ministro da Defesa que sucedeu Nelson Jobim.

da sua gestão teve aquela crise com o Equador, a Venezuela e a Colômbia. O senhor participou da gestão dessa crise já?

N.J. – Participei. Quer dizer, hoje eu posso dizer que participei. Talvez seja a primeira vez que eu estou dizendo isso. Vou ter que pegar um pouquinho para trás. Eu sustentei ao Lula... Eu disse ao presidente: “Presidente, nós temos, na América do Sul, nós temos três vieses, três vertentes. Nós temos a vertente amazônica, a vertente andina e a vertente platina. O Brasil participa da vertente amazônica e da vertente platina; o Uruguai só participa da platina; o Chile participa da andina... O único que participa dos três é a Bolívia, que tem a vertente andina, a amazônica e a platina....

O.S. – Isso.

N.J. - O Paraguai só tem a platina; a Venezuela tem a amazônica, mas não tem a andina; a Colômbia tem a andina e tem a amazônica”. Enfim. E aí eu mostrei o seguinte: “Nós não temos condições de termos uma estrutura de defesa como se nós fôssemos defender contra eles; nós temos que fazer uma estrutura de defesa continental. Então é necessário, com isso, nós criarmos um organismo dentro da Unasul¹²”, Unasul que já existia, “um organismo que pudesse começar a identificar aquilo que fosse comum de estruturas de defesa dos países sul-americanos e aquilo que fosse idiossincrásico, quer dizer, que fosse coisa específica de cada um deles”. E aí surgiu a ideia do Conselho de Defesa Sul-Americano, o Conselho de Defesa da Unasul. Aí o Lula concordou, sabe disse: “Topo, topo”.

O.S. – Isso foi tudo antes da crise?

N.J. – Antes.

M.T. – Foi bem no começo do mandato.

N.J. – Foi bem no começo.

¹² O entrevistado refere-se à União de Nações Sul-Americanas.

M.T. – Porque a crise...

N.J. - Eu não me lembro quando é que foi. Quando é que foi a crise?

M.T. – A crise foi em março de 2008.

N.J. – Ah, foi antes. Eu mexi em 2007, esse negócio do Conselho.

O.S. – Nos primeiros seis meses, mais ou menos.

N.J. – Foi. Foi quando já estava trabalhando com a Estratégia Nacional de Defesa. Aí eu visitei... Eu pegava o comando do Exército e da Marinha, e dependendo da situação, e da Aeronáutica, e visitei todos os países sul-americanos e conversei com todos os presidentes e todos os ministros das Relações Exteriores e todos os ministros da Defesa, propondo a criação do Conselho. E inclusive teve alguns casos curiosos. Um foi com a Colômbia, porque o Uribe¹³ era muito desconfiado, e o ministro da Defesa era o Juan Manuel Santos, que agora é o presidente, que virou meu amigo, inclusive. Inclusive ele me deu uma comenda lá, um troço... depois que eu saí do Ministério da Defesa.

O.S. – Isso foi o ano passado, não é?

N.J. – É. Recebi uma comenda lá, por serviços prestados, aquela coisa. Aí, com isso, eu acabei me relacionando com todos. Depois o Juan Manuel Santos saiu e assumiu no Ministério da Defesa da Colômbia, o Gabriel Silva¹⁴, um sujeito muito inteligente que é hoje embaixador da Colômbia na ONU. Bem, houve o problema do Reyes.¹⁵ E deu aquela confusão. Aí o que é que eu fiz? Eu saí de Brasília e fui conversar com o Javier Ponce, que era o ministro da Defesa do Equador, que era meu amigo, que era um jornalista, um sujeito

¹³ O entrevistado refere-se a Álvaro Uribe Velez, então presidente da Colômbia.

¹⁴ O entrevistado refere-se a Gabriel Silva Luján

¹⁵ O entrevistado refere-se a Raúl Reyes era o codinome de Luis Edgar Devia Silva, guerrilheiro das Farc de projeção internacional.

inteligente, e que era de esquerda. Aí conversei longamente, em Quito, com o Javier. Porque não dava para conversar com o presidente Correa¹⁶, porque o presidente Correa era um emocional. Mas o Ponce tinha muita autoridade, o Javier tinha muita autoridade sobre o Correa. Aí saí do Equador... Fiz uma série de considerações com o Ponce e ele me autoriza a conversar com o Gabriel Silva. Aí me mando para Bogotá, num avião da FAB. Fui para Bogotá e me reuni longamente com o Gabriel, para tentar encontrar um meio do diálogo. E aí acertamos a possibilidade, para, num primeiro momento, de os comandos militares de um lado e de outro começarem a se entender. Inclusive eu ofertei, para a Colômbia e para o Equador, a possibilidade de o avião da FAB¹⁷, esse avião de... fazer uma visualidade para baixo, fazer uma varredura, para identificar os acampamentos das Farc¹⁸. E aí fui apertando, fui aproximando, aproximando, negociando com eles, fui para Bogotá, voltei para o Equador, depois voltei para Bogotá de novo, e aí o assunto se resolveu.

M.T. – Isso com, é, o acordo de Lula...? Em relação com o Itamaraty, isso foi arranjado? Ou foi carreira solo?

N.J. – O Lula me autorizou direto.

O.S. – Isso é inédito, o ministro de Defesa fazer esse tipo *diplomacy*.

N.J. – Quando eu mexi com esse negócio do Conselho de Defesa, o Itamaraty ficou furioso, porque... Eles não acreditavam, e eu consegui fundar isso em seis meses. Eles não achavam que eu ia conseguir. “Ora bolas!” Inclusive, no Uruguai, aconteceu uma coisa curiosa... É claro que eu usei muito minha experiência parlamentar. Quando eu cheguei no Uruguai... Era o Tabaré Vázquez, o presidente. Esse eu não conversei com ele, porque ele era... Ele é um sujeito estranho. Aí eu conversei com o ministro da Defesa, que era o Bayardi¹⁹. E o Partido Blanco e o Colorado tinham objeções em relação a esse Conselho de Defesa, mas era, eu diria, um permeável problema da oposição à Frente Ampla deles lá. Aí diz o

¹⁶ O entrevistado refere-se a Rafael Correa, então presidente do Equador.

¹⁷ O entrevistado refere-se à Força Aérea Brasileira (FAB).

¹⁸ O entrevistado refere-se às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

¹⁹ O entrevistado refere-se a José Bayardi.

embaixador: “Olha, tal, está difícil, e o Bayardi... Está difícil, o Partido Blanco...”. “Escuta, eu quero conversar com eles.” “Como?” “Não, encontra um jeito aí.” Aí houve uma reunião da comissão do Senado e da Câmara uruguaia, das comissões de Relações Exteriores e de Defesa deles – fizeram uma reunião conjunta no Parlamento, lá naquele prédio do Parlamento, em Montevideu –, e eu fui para lá e fiquei três horas discutindo, fechado, com os senadores. E aí fiquei muito amigo do Silvio Abreu²⁰ que é do Partido Blanco. E estava lá o Sanguinetti²¹, que eu já conhecia da época do Fernando Henrique, que era meu amigo. Aí... E um dos que estavam muito desconfiados era o Rosadilla²², que era deputado pela Frente Ampla, que tinha sido tupamaro, amigo do Pepe Mujica. E aí eles toparam. “Ah, ótimo!” Aí que o Uruguai entrou. Então, com isso, me deu uma capacidade de circulação. Tanto é que, quando se instalou o Conselho, eles queriam que eu fosse o presidente. Não, eu disse: “Não, eu não”. Tinha que ter muita cautela, principalmente com a Argentina, tinha que ter muita cautela na condução. E aí você tinha coisas curiosas. Alguns militares argentinos, por exemplo, vinham falar comigo para ver se eu conseguia, conversando com a ministra, a antiga ministra da Defesa²³, para ver se... Porque eles tinham uma relação muito difícil, os militares argentinos com o Ministério da Defesa. Eles humilhavam, tratavam mal os militares etc. E eu tentava ajudar.

M.T. – O Chile também teve alguma resistência?.

N.J. – Não.

M.T. - A Colômbia teve...?

N.J. – A Colômbia teve resistência, mas depois eles cederam. Inclusive, numa ida do Lula, eu forcei uma conversa sobre isso dentro da agenda... O Itamaraty não queria, mas eu contrabandeei. Porque na hora que sentamos na mesa, eu disse: “Olha, temos esse assunto”. Aí o Juan Manuel entendeu o problema, percebeu... Porque isso foi antes dessa crise. O Juan

²⁰ Provavelmente o entrevistado se enganou querendo fazer referência a Sergio Abreu.

²¹ O entrevistado refere-se a Julio María Sanguinetti.

²² O entrevistado refere-se a Luis Rosadilla.

²³ O entrevistado refere-se ao general Nilda Garré.

Manuel era ministro, ainda. Aí ele percebeu o assunto e topou. Tanto é que essa tal comenda que ele me deu, ele me deu foi por causa disso, por causa desses acertos todos que eu fiz, mas que a gente não pode mencionar. E eu tinha outra coisa, também, em relação ao Equador que me ajudava: é que eu fui, quando ministro da Justiça, do Supremo, em 1997 ou 1998... Tinha uma guerra do Equador com o Peru. Lembra-se disso?

M.T. – Sim.

N.J. – E eu fui um dos árbitros em relação a um ponto de fronteira, que era aquela Cordillera del Cóndor, que era a parte mais importante, e eu manobrei enormemente um entendimento entre o Equador e o Peru para solucionar a guerra.

O.S. – Certo.

N.J. - Solucionar o problema da fronteira. Porque a guerra tinha esse fundamento. E, na verdade, nós começamos meramente como *expert opinion*. Eles queriam uma opinião, não era arbitragem propriamente dito, mas o laudo que nós fizemos acabou sendo aprovado pelo parlamento do Equador e pelo parlamento do Peru. E com isso eu fiquei muito... Como é que eu te diria? O pessoal do Equador ficou muito reconhecido. Quando eu apareci... Eu não me lembrava mais daquilo. [risos] Aí diz o... “Mas o senhor não foi...?” Aí eu me dei conta. [risos] Então foi um negócio que eu não... uma carta que eu não lembrava.

N.J.. – Quando é que foi o Conselho?

M.T. – O Conselho foi em abril de 2008.

N.J. – E quando é que foi a crise?

M.T. – Essa crise foi em março.

N.J. – Ah, foi mais ou menos na mesma época.

O.S. – Por isso que a gente juntou os dois, para ver um pouco... Agora, uma viagem do senhor aos Estados Unidos aconteceu justamente antes das viagens todas pela região.

N.J. – Ah, sim. Quando eu lancei a ideia do Conselho, eu lancei a notícia que íamos fazer isso, e eu tinha marcado uma ida para os Estados Unidos, porque eu estava negociando com o Gates... Porque era a época ainda do governo Bush e o Gates²⁴ era o o secretário de Defesa na época, e depois ficou com o Obama, também. Aí eu fui aos Estados Unidos porque eu queria retomar a negociação – porque o Itamaraty não queria –, que era assinar um novo acordo de defesa com os Estados Unidos, acordo esse que tinha sido rompido pelo Geisel. E o ministro das Relações Exteriores dizia: “Mas eu não vou assinar esse acordo. O Geisel rompeu o acordo e agora o Lula vai fazer o acordo?”. Eu disse para o Lula: “Olha, tem que fazer”. O Lula ficava... “Toca isso. Toca, toca, toca”. Aí eu fui lá, negociei todo o acordo e fizemos o acordo. Mas nessa ida, que era uma ida para conversar com o Gates, eu acabei conversando também com a... eu fui recebido pela Condoleezza Rice. E foi curioso. Aí fomos conversar e tal, e ela tinha notícia da existência do Conselho, e aí ela virou-se para mim e disse assim: “Mas o que nós podemos ajudar?”. Ela perguntou o que era o Conselho, eu disse: “O Conselho é isso aqui e tal, é um entendimento para fazer...”. E a minha ideia não era envolver o Caribe. Porque envolver o Caribe envolvia Cuba e dava problema. Então, tinha que fazer só com a América do Sul. Depois, eventualmente, estendia. Mas tinha que distensionar Cuba. Aí então ela me perguntou.... Só um parêntese. A primeira conversa, a primeira visita que eu fiz para a criação do Conselho foi para o Chávez, e o Chávez queria uma Força.

M.T. – E ele sugeriu uma OTAN²⁵ do Sul..

O.S. – A “SATO”.

N.J. – Uma Otan do Sul. E o Chávez falou... Aquela reunião com o Chávez levou umas duas

²⁴ O entrevistado refere-se a Robert Gates.

²⁵ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

horas e meia: eu falei 30 minutos e o Chávez falou o resto. Aí, no final, ele se convenceu que não era, que não devia ser isso e tal. Ele queria...

M.T. – Ele chegou a falar publicamente sobre essa ideia.

N.J. – Falou. Antes inclusive. E depois, quando eu conversei com ele, ele disse: “Ah, tem que fazer uma Força e tal”. “Não, mas não é isso.” Aí ele entendeu. Mas teve uma hora que... “Não tem como fazer. Não é possível. Nós temos que começar primeiro com... minimalista. A ideia é minimalista, é fazer um entendimento, discussões sobre defesa, discussões sobre estratégias comuns etc. e tal”. Aí ele topou.

M.T. – Não durou muito, essa ideia dele, então. Não chegou a ter um debate.

N.J. – Não, mas as coisas, com o Chávez, eram muito bandeira, muito para retórica. Não era... No final, ele não queria, mesmo. Porque aquilo não tinha sentido, não tinha como fazer. Bem, mas aí a [Condoleezza Rice] me perguntou... Aí eu expliquei para ela e tal: “A ideia do Brasil é a seguinte...”. Porque eu comecei a conversar com ela, quando ela me perguntou, e eu dizendo o que iria ser feito, a título de gentileza para ela, não como se eu estivesse pedindo autorização para fazer. Para ter o discurso. Aí ela diz assim: “Ah, pois é. E como é que nós podemos ajudar?”. Aí ela riu. Eu disse: “Olha, a melhor forma de vocês ajudarem é não se meterem nesse assunto. Porque se vocês se meterem, não vai sair nada”. Aí ela riu. “Está bem.” “Não entrem nesse negócio porque vai dar confusão.”

M.T. – Têm outros dois fatores com relação aos Estados Unidos nessa época que estavam mais ou menos na mesma conversa: um eram as bases americanas, no Acordo de Cooperação em Defesa dos Estados Unidos com a Colômbia...

N.J. – É. Isso deu problema.

M.T. – ...e o outro foi a chegada... a reativação da Quarta Frota.

N.J. – A Quarta Frota, é...

M.T. - Que foi mais ou menos no mesmo...

N.J. – Na verdade, ao fim e ao cabo... Eu conhecia, eu me dava muito bem, e ainda me dou muito bem, com o almirante Stavridis²⁶, que era o comandante da Terceira Frota, que era sediada na Flórida. E o Stavridis era muito meu amigo. E, na verdade, a retomada da Quarta Frota nada mais era do que uma regularização administrativa do que já existia. Porque os navios que estavam alocados para o Comando do Sul – porque o Stavridis era do Comando do Exército do Sul – eram navios da Terceira Frota. Já existia, toda a estrutura, controlada pelo Comando do Sul. Aí o que é que resolveram? Resolveram institucionalizar aquilo e criaram a Quarta Frota, daquilo que já existia.

M.T. – Não foi um movimento estratégico significativo.

N.J. – Não foi coisa nenhuma. Era um ajuste administrativo. E era um problema de *budget*. Porque o *budget* dessa aqui, que era usada pelo Comando do Sul, era pago pela Primeira Frota. Eu acho que era a Primeira. E era um *budget* separado. Então era um problema de ajustamento. Aí deu aquela confusão. Mas aí o que é que eu fiz? Eu percebi logo que não adiantava você contar essa história porque ninguém aceitava, porque era só um discurso. Então era aquela história, quando você tem esse tipo de coisa, você tem que deixar que o tempo resolva. Então o sujeito fazia, chorava, gritava e eu não dizia nada, e aquilo foi indo, foi indo e depois, morreu. E o mesmo aconteceu com esse negócio lá das bases...

M.T. – O senhor disse em algum momento que a Quarta Frota “aqui não entra”.

N.J. – Claro! Eu tinha que fazer esse discurso.

M.T. – Tinha que fazer esse discurso, também.

²⁶ O entrevistado refere-se a James G. Stavridis.

N.J. – É lógico, lógico. Tu sabes que os Estados Unidos – eu aprendi isso com essa experiência –, eles, quando têm uma ideia nova, eles largam... eles começam pela universidade, pela academia. O primeiro momento de a ideia nova começar a circular é dentro da academia; depois vem para o governo. Não significa que o governo não estimulou esse debate. Normalmente, estimula por baixo. E aí surgiu o seguinte: eu sou convidado para participar de um debate na Washington University, um debate sobre a Bacia do Atlântico, e tinha um professor de direito internacional, um especialista lá dessa Universidade de George Washington que centralizou. Então nós fomos na reunião, e quando eu chego na reunião, eram todos os países do Norte – Portugal, França, Espanha, Inglaterra e tal, e os Estados Unidos –, e do Sul, do Atlântico Sul, só tinha eu, do Brasil; e um angolano; e outro, se não me engano, da Namíbia.. E pelos Estados Unidos estava aquele antigo embaixador da ONU, aquele que tinha um nome meio português... Que tinha sido representante dos Estados Unidos na ONU em 2000²⁷. Aí esse cidadão expôs a necessidade de você dar um tratamento igualitário e não haver mais a divisão entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul e que tinha que ser uma discussão global. Aí eu ouvi aquele negócio todo e tal e eu percebi logo que eles queriam era qual era a minha opinião daquilo. Mas que eles estavam me cooptando. E você sabe que eles fazem uma coisa curiosa: eles tratam a gente como se fosse idiota, não é? Alguns. Principalmente as universidades americanas. Então, fazem aquela suntuosidade toda, para o sujeito ficar impressionado com a suntuosidade, mas... Aí eu disse o seguinte... Foi gozado, porque ele fez a exposição, aí disse: “Nós gostaríamos de ouvir a opinião...”. Era em espanhol, o debate. “Queremos ouvir a opinião do Brasil. Qual é a posição do Brasil?” Eu disse: “Olha, é muito difícil eu dialogar com os senhores”, falando para o americano. “É muito difícil. Eu não sei a que vocês estão se referindo.” “Mas como? Nós estamos falando sobre o Atlântico.” “Não. Eu não sei do que vocês estão falando. Porque o Atlântico, para os Estados Unidos, vai até a Praia de Copacabana. Os senhores não firmaram a Convenção de Montego Bay. Como é que eu vou discutir o Atlântico, como é que eu vou discutir a plataforma continental, a extensão do bordo exterior da plataforma continental, o domínio sobre a zona econômica exclusiva, se os senhores não têm essa regra? Então, como é que eu vou discutir? Eu não tenho como discutir com os senhores esse assunto porque a sua concepção de águas internacionais é

²⁷ O entrevistado refere-se a Jonh D. Negroponte.

completamente distinta da minha. Logo, não vamos falar.” E o angolano olhou para mim e disse assim: “Eu também, eu também acho”. Aí o Negroponte: “Ah, eu fico muito grato, porque eu participei da discussão da elaboração de Montego Bay e, realmente, os Estados Unidos até agora... o Senado americano não aprovou ainda, não internalizou a convenção etc. e tal. Isso é um argumento importante, mas nós...” Eu disse: “Embaixador, eu estou ouvindo que o Senado americano”, eu mexi, “eu não sei se são os republicanos ou os democratas, que não aprova. Logo, para conversar, só depois de aprovar. E faz muito tempo que essa promessa já existe. Logo, não há o que conversar”. Aí ele... “Não, não...”. Aí morreu o negócio. Agora, eram os franceses, os espanhóis e os americanos que estavam apostando nessa história da *Cuenca del Atlántico*.

[FINAL DO ARQUIVO 01]

N.J. – Eu tinha trabalhado muito, inclusive uma discussão com os argentinos, com os uruguaios e com a França, sobre o problema do LEPLAC²⁸, do Projeto Leplac. Lembra-se que a Zona Econômica Exclusiva vai até 200 milhas. Só que até as 200 milhas o país marginal, o país litorâneo, ele é titular das riquezas dos fundos marinhos e da riqueza da coluna d’água. Sendo que é possível, pela Convenção de Montego Bay²⁹, é possível você estender até o bordo externo da plataforma continental, desde que não ultrapasse 350 milhas, a extensão do domínio sobre os fundos marinhos. Mas não sobre a coluna d’água. Então o domínio das colunas d’água vai até 200 milhas e você pode estender até o máximo de 150 milhas, que tem que coincidir com o término do... Agora, se o bordo termina aqui, então você tem até o final do bordo; se o bordo termina aqui, você para aqui. Bem, qual era o interesse nosso? O interesse nosso era o problema do pré-sal. Então, como esse trabalho tinha começado na época do Sarney e estava discutindo na ONU, a ONU tinha impugnado um pedaço aqui da plataforma norte brasileira, da cordilheira norte brasileira, e tinha impugnado um pedaço aqui que plotava em Trindade, e tinha impugnado um pedaço aqui embaixo, que era em frente a Porto Alegre, naquela região em frente... mais ou menos anterior à Elevação

²⁸ O entrevistado refere-se ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) é um programa do Governo Brasileiro que visa estabelecer o limite da Plataforma Continental além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva de acordo com os critérios da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

²⁹ A Convenção de Montego Bay tem o título oficial de Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

do Rio Grande. Porque tem aqui uma elevação que já é mar raso. Bom, então, eu estava discutindo esse assunto e queria também acertar com a África que os africanos fizessem isso aqui. Aí propus para Angola para a gente dar assistência. Acabou sendo feito o entendimento com Angola, com a Namíbia, etc. E aí qual era o nosso problema? O nosso problema era isso aqui. Por quê? Porque os fundos marinhos... Era possível, para a comissão de fundos marinhos da ONU, autorizar a exploração de fundos marinhos. Os fundos marinhos tinham os nódulos polimetálicos... Tinham três conjuntos: nódulos polimetálicos era um; crostas cobaltíferas; e tinha um terceiro que eu não me lembro mais. E a comissão da ONU podia conceder a cada país, para explorar, dez quilômetros e dez quilômetros, até 250. Então você acabava tendo uma infraestrutura... a uma situação autorizada de explorar embaixo, que importava em ter um apoio logístico de superfície e parado. Aí eu fiz um balanço e verifiquei que várias hipóteses que nós conhecíamos de riqueza do fundo mar, essas concessões acabariam interferindo nas linhas de Marinha Mercante brasileira. Aí eu disse: “E quem é que paga isso?”. Porque você teria que desviar. Então, esse desviar importa em tempo, combustível... E quem é que vai pagar esse negócio? Aí comecei a me entender com os africanos: com os sul-africanos também, porque eles têm um pedacinho; com a Namíbia... Com o Congo não dá, porque o Congo é uma bagunça total e não tinha também interesse, porque é uma costa, uma fronteira pequenininha. E a *Côte d’Ivoire* também era uma complicação desgraçada. Então eu resolvi me mexer com a Angola, que era... E a Guiné-Bissau também não adiantava, a Guiné-Bissau estava fora. Aí tentamos fazer um entendimento, para evitar esse tipo de problema. Foi uma atividade internacional minha. Então eu conversei muito sobre esse assunto com todos eles. Inclusive eles não tinham noção. Os africanos não tinham noção nada disso. O sul-africano, quando eu fui fazer a disposição com o ministro da Defesa sul-africano, eles ficaram... “Como?! Nós não sabemos disso!” E aí envolvia também o problema da Antártica.

M.T. – Vamos voltar, só para fechar a parte da Colômbia, com as bases americanas na Colômbia.

N.J. – Ah, sim.

M.T. – Porque essa deu mais confusão do que a Quarta Frota.

N.J. – Deu. Porque também foi uma... Quem levantou isso foi a Venezuela, num encontro em... lá na Argentina, lá naquela cidade...

M.T. – Bariloche.

N.J. – Em Bariloche. No encontro em Bariloche, levantou o problema. Aí, quando eu percebi que a... Porque aquilo era muito barulho político, não é? Era um problema do Chávez com o Uribe.

M.T. – A mudança operacional não foi muito significativa? Eles já tinham acesso às mesmas bases.

N.J. – Não tinha nada, não tinha coisa nenhuma. Não mudava muito. E as bases existiam, eles já tinham essa negociação, e o que os Estados Unidos queriam? Os Estados Unidos queriam uma base que pudesse ter acesso aqui, porque dava o apoio logístico para um acesso à África. Não tinha nada que ver com a América Latina propriamente dita. E aí eu fiz o seguinte: nós resolvemos criar uma comissão. Sabe que quando você quer...

M.T. – Apaziguar o problema.

N.J. – Cria uma comissão. E criou-se a comissão, e foi indo, foi indo, foi indo... Então a Venezuela esqueceu do debate. E foi difícil... Mas é aquela história, quando você diz que “deu muita confusão”, é o seguinte: quando você tem um problema político – porque é um problema político – você tem dois momentos para resolver o problema político. O primeiro momento é o momento da catarse. Se você não tiver o momento da catarse, se você não der o espaço para o sujeito dizer desaforo, brigar, gritar, falar na tua mãe, não sei o que, você não consegue resolver o problema. Então tem que ter o momento da catarse. Bariloche foi a catarse. Teve um outro momento, no encontro da...

M.T. – Da Unasul.

N.J. – ...no encontro conjunto dos ministros da Defesa com os ministros das Relações Exteriores, que era um momento de catarse. Aí a Venezuela gritava; o Maduro³⁰, que era... fazia aquela gritaria. Aí eu dizia para o Gabriel³¹, da Colômbia: “Não responde”. E ele queria gritar... “Não. Deixa, não responde.” E eu dizia para o Javier Ponce³², que estava ligado à Venezuela, mas era muito ligado a mim... Ele, e tinha um outro, que era o Walter³³... que era da Bolívia, um advogado, também meu amigo. “Deixa, deixa rolar.” Aí gritavam, falavam... Depois o assunto foi... E aí acabou, morreu. Você viu que morreu. Mas você tinha que deixar esses espaços. Se não tivesse o espaço, o negócio ia continuar.

M.T. – A Colômbia também acelerou o acordo e diminuiu... assinou em um... mais *low profile*.

N.J. – Diminuiu. Mas aí resolveu o problema. E aí houve um problema também com o presidente Chávez e o Uribe, porque o Chávez deslocou forças de Infantaria para a fronteira. Eu estava em Halifax, num encontro em Halifax, e aí eu recebo um telefonema do Gabriel Silva, que era ministro da Defesa, que me telefona pedindo se eu podia ir à Colômbia. Eu estava retornando de Halifax, fiz uma parada técnica na República Dominicana e dali fui para Bogotá, e me reuni com o Gabriel à uma da manhã, no aeroporto. E o problema era esse, era o deslocamento. Aí eu me reuni com ele no aeroporto, numa sala lá no aeroporto da Base Aérea colombiana, lá em Bogotá. E aí, na conversa... O Chávez estava deslocando força para essa fronteira aqui.³⁴ Porque ocorre o seguinte, a característica do exército colombiano é uma característica de guerra assimétrica. Eles não têm estrutura para a guerra convencional. Para conflito convencional, não têm. Eles treinaram tudo para combate às Farc.

M.T. – Para guerrilha, é claro.

N.J. – Então, na verdade, eles são grandes especialistas para a guerra assimétrica, mas o resto, não têm nada. E, digamos, o ensino, o ensinamento militar feito pelos americanos, que foram

³⁰ Na época, Nicolás Madura era ministro das Relações Exteriores da Venezuela.

³¹ O entrevistado refere-se a Gabriel Silva Luján, então ministro da Defesa da Colômbia.

³² O entrevistado refere-se a Javier Ponce, então ministro da Defesa do Equador.

³³ O entrevistado refere-se a Walter San Miguel, então ministro da Defesa da Bolívia.

³⁴ O entrevistado gesticula, indicando na mesa uma fronteira imaginária em referência ao que estava dizendo.

os que ensinaram, foi para isso. Não fizeram um ensino para soldado de Infantaria, no sentido... e mesmo de Artilharia, no sentido da guerra lá... do conflito convencional. Aí eu sugeri ao Gabriel que ele colocasse algumas forças a 40 quilômetros da fronteira, para não parecer que ele estava numa posição de agressão. E aí eu identifiquei... Entrei em contato com o pessoal da Venezuela, depois que eu voltei para o Brasil, conversei com várias pessoas, depois fui lá. E o Chávez, na verdade, tinha deslocado força não para agredir a Colômbia. Sabe o que era? O Chávez tinha deslocado essas brigadas para lá porque essa região aqui³⁵ era comandada pela oposição e ele então precisava inventar uma crise internacional para...

M.T. – Para poder mandar gente para lá.

N.J. – ...para fazer a intervenção. Entendeste? Aí eu avisei para o Gabriel: “Olha, Gabriel, a situação é essa. Na verdade, não tem nada a ver com vocês. Eles querem intervir lá”.

M.T. – “Estão te usando.”

N.J. – “Então deixa. Não valoriza muito esse problema.”

O.S. – Agora, a relação com as Farc, então, a posição brasileira a respeito também mudou. O senhor inclusive...

N.J. – Ah, foi. Eu forcei...

M.T. – O Brasil era meio distante do Plano Colômbia, antes do seu mandato.

N.J. – Aí ocorreu o seguinte: a primeira vez que eu fui... Inclusive teve uma reação do pessoal aqui do Itamaraty...

M.T. – No Foro de São Paulo.

³⁵ O entrevistado gesticula, apontando para mesa uma região imaginária em referência ao que estava dizendo.

N.J. – ...no Foro e tal. Porque eu fui à Colômbia e tive uma reunião com o Uribe... Foi nesse momento da criação do Conselho, quando eu fui conversar com o Uribe e com o Juan Manuel. Eu saí, e aí a imprensa me ataca e diz assim... Porque tinha um problema diplomático nosso, que era aquele... que eles chamavam de *cura* Camilo, que era um padre a quem tinha sido dado asilo político aqui no Brasil. Aqui nós temos outro nome. Lá eles chamavam de *cura* Camilo; aqui era... Era outro nome que a gente usava aqui; era o nome civil dele³⁶. Então tinha esse problema, porque o Brasil tinha dado acolhimento, asilo político para o tal *cura* Camilo. Não me lembro agora o nome do sujeito, o nome no Brasil. Bem, eu saí do palácio e a imprensa me pergunta... E eu já imaginava, porque a pergunta teria que ser essa. Aí diz assim: “Como o Brasil receberia a entrada de guerrilheiros das Farc em território brasileiro?”. E eu respondi: “À bala”. Aí foi [imita som de tiro de bala][risos]. Aí depois o Uribe me ligou, muito grato. Aí abriu uma porta.

M.T. – Abriu caminho.

N.J. – Abriu caminho.

N.J. – Depois eu voltei ao Brasil, estavam brabos aqui. O pessoal... “Ah, não podia...”

O.S. – O Itamaraty?

N.J. – O Itamaraty e alguns setores da esquerda do governo. Aí eu conversei com o Lula... O Lula era um pragmático.

M.T. – E o Genoino já era seu assessor?

N.J. – Não, não. O Genoino só... O Genoino passou a ser meu assessor no governo da Dilma.

M.T. – Ah, foi depois.

³⁶ O entrevistado refere-se a Francisco Antonio Cadena Collazos, (*cura* Camilo), conhecido no Brasil como Olivério Medina ou padre Medina.

N.J. – Porque antes ele era deputado.

O.S. – É verdade.

N.J. – Porque ele não se elegeu... não se reelegeu. Ele ficou para suplente, nessa eleição de 2011. Então... Aí eu disse ao Lula: “A situação é essa. Não importa”. Aí o Lula disse: “Toca assim mesmo. Vamos tocar assim mesmo. Pronto.”

O.S. – Em relação, por exemplo, quando o senhor foi chamado de Halifax para a Colômbia, o senhor informou o Itamaraty que?

N.J. – Não, não informei nada. Não informava nada.

O.S. – Porque isso podia ser visto como uma ameaça, do ponto de vista do Itamaraty, que existia uma estrutura paralela...

N.J. – Ah, sim. Eles inclusive disseram... Tinha um secretário que dizia: “Ah, o Jobim está querendo invadir”. Ora bolas! Eu ia fazendo as coisas. Não ia discutir.

M.T. – E com o Marco Aurélio Garcia e com...?

N.J. – A minha relação era ótima com o Marco Aurélio. Eu sou amigo do Marco Aurélio há muitos anos. Ele não foi meu colega; ele foi contemporâneo meu na Faculdade de Direito, em Porto Alegre. Eu entrei em 1964, e o Marco Aurélio saiu da faculdade em 1965, eu acho.

M.T. – Porque essas discussões na América do Sul, ele participava até mais, muito mais.

N.J. – Participava. Mas apoiava tudo. E o problema todo, e que depois o Lula não aceitou, é que o Itamaraty queria absorver tudo. Aí eu disse para o Lula: “Lula, esse assunto de defesa, eles não entendem nada, quem entende somos nós”. E a essas alturas eu já estava entendendo. Eu estudei muito esse negócio. Tinha que estudar. Eu não conhecia nada do assunto. E foi

uma vantagem eu não conhecer, porque eu não tinha pressuposto, eu não tinha preconceito nenhum.

O.S. – Certo. Então houve alguma tentativa do Itamaraty de tomar conta do projeto do Conselho?

N.J. – Não. Não porque eles não acreditavam.

M.T. – Eles achavam que não ia acontecer.

N.J. – Eles acharam que não ia acontecer. Eu percebia nos embaixadores. Porque, é claro, evidentemente, quando eu ia para... Eu fiz por conjunto: o primeiro conjunto foi a Venezuela, a Guiana e o Suriname; depois eu peguei a Bolívia, o Equador e o Chile; depois eu fiz a Colômbia, a Colômbia e o Peru. E todas as vezes que eu ia nesses países, evidentemente que o embaixador estava lá e tal, mas eu sentia uma certa leniência... Mas também não dava bola.

O.S. – Isso foram viagens tudo junto?

N.J. – Não. Foram... Eu acho que eu fiz essa... Eram... Eu fiz três conjuntos... quatro conjuntos de viagens.

O.S. – E em relação à viagem aos Estados Unidos...?

N.J. – Foi antes.

O.S. – Isso, por exemplo, o senhor fez os planos e o Itamaraty acabou...?

N.J. – Acabou porque eu estava autorizado pelo Lula e o Lula dizia: “Faz o acordo”. Aí eu fiz. Eu fiz dois acordos: fiz o acordo de...

M.T. –de Cooperação em Defesa.

N.J. – ...de defesa e fiz o outro, que era o acordo de informações, de troca de informações.

M.T. – Só para a gente terminar a questão...

N.J. – É evidente que, no segundo acordo, os Estados Unidos estavam mais permeáveis porque tinha a história do *Boeing*, e eu explorei muito da Boeing. Eu fiz muito jogo.

M.T. – Vamos chegar lá. Mas só para terminar a parte das Farc, qual era a política de defesa do Brasil em relação às Farc, de fronteira? Era um abandono da fronteira...?

N.J. – Não. Ocorre o seguinte: na fronteira com o Brasil e a Colômbia, na parte da Cabeça do Cachorro, você não tinha mais acampamento das Farc. As Farc já tinha se deslocado para a divisa com o Equador. Grande parte... Eles estavam em dois pontos: um ponto na divisa com o Equador, e no outro, com a Venezuela, lá em cima, em Maracaibo, por ali. Mas não estavam na região da Cabeça do Cachorro do Brasil. Então não tinha aquele problema. Teve um problema em 1990 e pouco.

M.T. – Isso.

N.J. – Mas foi em Querari, que era um posto de fronteira e houve... Deram tiros e tal e os brasileiros mataram... Mas foi só isso. Depois não...

M.T. – Mas nunca foi muito significativo.

N.J. – Não foi significativo. Eram dois ou três que estavam fugindo de lá ou uma coisa assim. E eles não estavam concentrados ali.

M.T. – Então vamos voltar para essa viagem aos Estados Unidos, se tem alguma evidência que o Itamaraty trabalhou para reduzir a sua primeira viagem aos Estados Unidos, em significância ou tentar encurtar em dias...

O.S. – Reduzir substância nas suas reuniões.

M.T. – Ou seja, se sentia alguma resistência do Itamaraty nessas viagens, nessas atividades.

N.J. – Não, isso eu nunca senti. Ou seja, eles não gostavam que eu fizesse isso, mas também eu não dava bola, e eu montava minha própria agenda. Eu tinha as minhas ligações. Inclusive a minha ligação que eu usei muito era o antigo embaixador americano aqui no Brasil, que era o Clifford Sobel, com quem eu tinha muita ligação, inclusive amizade. Nós acabamos ficando amigos, e a minha mulher ficou amiga da mulher dele etc. Então eu usei muito o Sobel. Então eu atropelava. E eu não tenho problema nenhum para atropelar. Mas o fato é que eu sentia era a leniência do embaixador local. E às vezes, queriam mudar os negócios, eu dizia: “Não mesmo. Vai ser. Vai ter a conversa”. “Mas talvez essa conversa com a Condoleezza Rice pode dar problema.” “Isso não vai dar problema nenhum. Isso é problema meu.” Aí...

O.S. – Então seus principais interlocutores nessa época, nos Estados Unidos, foram o Robert Gates e a Condoleezza Rice?

N.J. – O Robert Gates. A Condoleezza foi uma vez só. Mas o Robert Gates, sim, foi um interlocutor, foi forte. Tive vários contatos com ele. O Gates inclusive... Eu ajudei o Gates, fiz a montagem, quando o Gates veio... Eu acho que foi na Colômbia ou no Peru, em um encontro de ministros da Defesa. Eu não me lembro mais onde é que foi. Eu ajudei para, enfim, para ter uma acolhida não complicada. E inclusive... Ah! Foi na Bolívia. Porque o discurso do Evo Morales foi um discurso duro e tal. E eu avisei para o Gates: “Olha, vai ser um discurso duro, mas não dá bola”. Aí o Gates, com cara de paisagem, não deu... Então ajudei, ajudei muito... E depois, no governo Obama, o interlocutor meu continuou sendo o Gates. Mas também aí surge um personagem novo, que foi o general Jim Jones, que foi o assessor de inteligência.

M.T. – Que esteve aqui...

N.J. – E por quê? Porque, quando eu era ministro do Supremo, eu fui fazer... O Clifford Sobel... Ou era ministro da Defesa já? Eu fiz uma visita à Suprema Corte. Fui jantar na Suprema Corte, com os ministros da Suprema Corte americana, porque eu tinha sido ministro

do Supremo aqui, e o Sobel convidou vários personagens, entre eles esse general Jim Jones, que não era...

M.T. – Não era, ainda, o assessor de Segurança Nacional.

N.J. – Porque era no governo Bush, ainda. E aí eu fiquei amigo dele. Nós saímos de lá... Porque aquele troço é uma chatice. Imagina, um jantar na Suprema Corte é um troço chato pra burro. Aí é aquele negócio, comeu umas comidinhas lá, cumprimentou todo mundo... Acabei ficando muito amigo do Nino, do Scalia³⁷, que é muito simpático. É um direitão enorme, mas muito simpático, muito agradável e tal. E aí eu convido o Jim Jones, “escuta, vamos tomar um troço aí fora”. Porque não tinha bebida. Aí nós fomos para um bar lá, com o Jim Jones, e aí ficamos bebendo. E o Jim Jones fala francês, e a minha mulher fala muito bem francês, também, então ele queria falar francês, e eu entendo francês – falo pouco, mas entendo –, e aí acabou sendo... Acabou, ficou meu amigo. Quando, de repente, ele vira...

M.T. – Vira assessor de Segurança Nacional.

N.J. – E me telefonou inclusive, disse: “Olha, fui convidado e tal”.

M.T. – Ele não demorou muito para vir aqui, de fato, quando ele virou... Ele veio aqui ao Brasil. Teve uma visita.

N.J. – Veio. E eu fui lá e me encontrei com ele inclusive em Nova York. Tivemos um encontro no hotel, em Nova York, uma conversa longa.

M.T. – Nos primeiros meses de mandato, ele esteve aqui no Brasil.

N.J. – Então era uma bela figura. Ele esteve aqui agora. Inclusive eu jantei com ele em São Paulo. Ele esteve... Com esse negócio da ALADI³⁸, ele veio aí, porque ele está numa empresa de monitoramento de territórios etc. Ele veio aí.

³⁷ O entrevistado refere-se a Antonin Gregory Scalia, Juiz Associado da Suprema Corte dos Estados Unidos.

³⁸ O entrevistado refere-se à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

M.T. – O senhor tinha uma relação com os Estados Unidos muito mais próxima do que o Itamaraty, certamente, mas que o resto do governo brasileiro.

N.J. – Tinha.

M.T. – Isso se restringia ao mundo da defesa ou o senhor participou de alguma gestão mais ampla de...?

N.J. – Não. Era só defesa. Não tinha nada além disso.

O.S. – Ou seja, não houve uma sensação, talvez, por parte dos Estados Unidos, que o senhor era o principal interlocutor brasileiro para outros temas?

N.J. – Não. E a relação foi dura também em alguns momentos. Teve um momento que o Gates ajudou e que eu tive que endurecer que era o problema do Super Tucano. Porque num determinado momento... Dentro dos apetrechos lá do Super Tucano, você tinha um radar de controle de tiro que era um radar americano. Num determinado momento, o material veio dos Estados Unidos, o tal radar, esse que tinha que colocar, e aí a Embraer verifica que o radar tinha uma precisão de 150 metros, uma coisa assim. Era uma porcaria. E a precisão desse radar tinha que ser de um metro. Eles mandaram o que eles chamam um radar degradado. Ah, não! Eu levantei... Fui para lá... Aí eles mandaram o radar. Porque não tinham liberado. Porque nos Estados Unidos você tem uma autorização da Secretaria de Estado, da Secretaria da Defesa e, eventualmente, do Senado. E aí a Secretaria de Estado tinha proibido este aqui, o de superprecisão. Queriam um degradado. Eu disse: “Ah, não mesmo!” Aí criou um enorme rolo. E o Sobel ajudou muito. O Itamaraty não se mexeu, e o Sobel ajudou muito, ajudou muito para resolver esse problema. Tinha esse problema; tinha o problema de tiro de... aquela Lei do Abate no Brasil, que tinha ... porque senão os voos americanos não entravam no Brasil e tal. Não que eles proibissem que a gente derrubasse, mas eles não...

M.T. – Eles não voariam para cá.

N.J. – ...não teriam segurança para voar para cá.

O.S. – Agora, sempre, ou seja, há bastante evidências, o senhor assumiu um discurso crítico em relação aos Estados Unidos na imprensa.

N.J. – Ocorre que os americanos não entendem a América do Sul, porque eles acham que a América do Sul é unidade. Mas não é unidade. Ou seja, você não pode tratar o Brasil como se estivesse tratando o Paraguai. Mas a concepção era que aquilo era uma coisa só. E eu mostrava para eles: “Não é assim”. Eu tinha uma conversa muito franca com eles, muito franca.

O.S. – Com o Gates, realmente, então, e o Sobel.

N.J. – Isso. Teve um, também, que agora, curiosamente, virou secretário de Defesa, que é o Chuck Hagel. O Chuck Hagel esteve no Brasil como senador. Ele era republicano. Ele esteve no Brasil como senador e o Sobel me... Enfim, a agenda lá, sei lá como, me convidaram para um jantar na embaixada, e eu conversei muito com ele etc., ele me deu um livro dele e tal. E depois, quando eu fui aos Estados Unidos nessa vez, ele não tinha se candidatado à reeleição e eu fui visitá-lo no Senado e ele estava saindo, estava desocupando... O gabinete dele no Senado estava cheio de caixas e não sei o quê, porque ele estava levando embora os negócios. Tive uma bela conversa com ele. No final, ele vira secretário de Defesa.

O.S. – Sim. Então, isso foi um jogo... Então, as suas declarações em relação aos Estados Unidos não podem ser vistas, de alguma maneira, como um... para equilibrar uma tensão que existia...

N.J. – Também.

O.S. – ...que existia entre o senhor e o Itamaraty sobre...?

N.J. – Não, não. O Itamaraty, eu não dava bola. Eu queria era não contaminar o meu discurso com os sul-americanos.

O.S. – Certo. Para não parecer um representante dos Estados Unidos.

N.J. – É claro. É lógico. Então eu mostrava... Aquilo que eu dizia em privado, eu dizia em público. Então... Para não minar a confiança que eu tinha conseguido com a Bolívia, com o Equador, com a Venezuela etc. Porque eu fiquei amigo do Chávez no final.

O.S. – Certo. Agora, só voltando... Eu esqueci de perguntar isso. A criação do Conselho também facilitou a implementação do Livro Branco aqui no Brasil.

N.J. – Ah, sim. Foi uma estratégia.

O.S. – Para dizer: “Eles têm. Nós também precisamos”.

N.J. – É claro. Na verdade, as pessoas não sabiam, aqui no Brasil, o que era o Livro Branco. Toda hora... “Ah, o Livro Branco...” E a gente percebia que o sujeito não sabia porque você dizia uma coisa que não tinha nada a ver com o Livro Branco e ele concordava. Então significava que ele não sabia o que era. Eu fazia muito disso. [risos] Eu dizia um negócio assim... Aí eu... “Bom, então, esse eu tenho como controlar.”

O.S. – Então, quando foi lançado, criou um grau de transparência...

N.J. – Uma transparência muito grande. E eles aceitaram. Porque, observa bem, o militar tem uma característica: você tem que ter lealdade com ele e segurança. E eu dava segurança. Inclusive eu enfrentei situações difíceis: aquele negócio de Comissão da Verdade, Lei da Verdade, Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu banquei aquelas coisas todas. E aí eles... Eu banquei convicto, porque eu conhecia bem o assunto. Isso me deu também uma confiança. Eles me deram um grau de confiança muito grande. E eu acabei ficando amigo de vários deles, muito amigo.

M.T. – Outro tema importante que a gente queria tratar são as relações com a França. Durante uma parte significativa do seu mandato, as conversas sobre a relação estratégica com a França: tem a questão do submarino...

N.J. – Era muito forte.

M.T. – Muito forte. ... dos aviões, do submarino... De onde surgiu essa ideia...? De onde veio...? De Lula?

N.J. – Foi o Lula. O Lula me disse... Num determinado momento, ele me chamou e disse: “Olha...”. O Lula é gozadíssimo. Eu acho que os franceses são os únicos que podem nos ajudar.” Aí começamos a conversar. Eu conhecia muito a história francesa, o problema de guerra, porque eu estudei muito a Segunda Guerra e o De Gaulle, então disse ao Lula de que o De Gaulle, quando terminou a guerra, ele criou aquela *Force de Frappe* e que com isso os Estados Unidos tinham proibido... Porque o De Gaulle tinha uma relação difícilíssima com os Estados Unidos, com o Roosevelt, na época da guerra e depois também. Ele tinha um ódio dos Estados Unidos e dos ingleses, o De Gaulle. Embora o Churchill tivesse ajudado muito o De Gaulle. Mas o De Gaulle era aquele negócio... “Não!”, etc. e tal. E com isso eles desenvolveram uma tecnologia própria. E com isso o Lula percebeu de que... Quando o Lula aceitou a ideia de que o desenvolvimento... que a indústria... que nós tínhamos que casar a defesa com o desenvolvimento, isso era o trabalho inicial do Mangabeira, mostrando que a defesa era um escudo ao desenvolvimento e que nós tínhamos que casar a defesa com o desenvolvimento, as pesquisas, os institutos militares e essa coisa toda, aí o Lula disse: “Olha, eu acho que o único que podemos negociar é com os franceses. Eles têm condição de transferir tecnologia”. Porque ele se convenceu que não podia mais comprar essas coisas e depois ficar na dependência. Ele usava muito a história da Guerra das Malvinas, em relação aos *Exocet*³⁹. Então o Lula me autoriza e eu vou para a França, para um diálogo com o Sarkozy.

³⁹ Míssil de origem francesa usado pela Argentina durante a Guerra das Malvinas. Em momento crítico da guerra, Margaret Thatcher pressionou o governo francês para que não vendesse mais novas unidades à Argentina.

O.S. –Essa foi uma viagem poucos meses depois de assumir...

N.J. – É. Foi logo no início. Aí eu conversei com o presidente Sarkozy – foi uma conversa ótima –, junto com o então ministro da Defesa, que era o Hervé, e onde eu fiquei muito amigo, e ainda continuo, do chefe do Estado-Maior... que era chefe do Estado-Maior... Seria mais ou menos o chefe da Casa Militar, no antigo Brasil, chefe do Estado-Maior particular do presidente da República⁴⁰, que era o almirante Guillaud, *amiral* Guillaud, que ficou muito meu amigo. É um sujeito muito inteligente. Era a comunicação minha. E aí começamos a discutir o problema dos helicópteros, ou seja, o acordo com a... da Helibras, e começamos a discutir o problema dos submarinos. E aí avançou: avançou, eles toparam todos. Fizemos uns contatos complicados, difíceis, negociando com dificuldade. E tinha uma objeção do Ministério da Fazenda. Mas o Lula forçou. Porque o Ministério da Fazenda achava que aquilo era brincado. Não tinham cabeça. E aí conseguimos através... Qual foi a técnica? A técnica era que havia a obrigação de transferência de tecnologia e envolvimento de empresa nacional, então, as empresas francesas tinham que se ligar às empresas nacionais. E aí deu um salto imenso em relação a essa coisa. E eu então trabalhei também com um problema das empresas nacionais, que era que você não tinha... Você tinha grandes empresas de... aliás, empresas de alta capacidade tecnológica que tinham sido formadas por antigos engenheiros do ITA, do IME (Instituto Militar de Engenharia), que é gente muito forte. Mas eles não entendiam nada de negócio. Entendiam de fazer radar, fazer isso, fazer aquilo. Era um horror. Então você tinha que estar alimentando aquilo. Aí eu estimulei. Eu fiz longos contatos com a Odebrecht, com a Andrade Gutierrez, com a Camargo Corrêa e com a Embraer, para você começar a fazer com que esse povo se associasse. Esses grandes fortes se associassem a esses de cá, aproveitassem a tecnologia deles. Mas aí eu condicionei inclusive, na discussão, era que a Embraer, por exemplo, do momento que pegasse, não transformasse aquela empresa numa mera fornecedora dela; desenvolvesse a empresa também. Então, com isso houve agregações: a Mectron, a Opto-Eletrônica etc., etc. acabaram fazendo negociações com essas grandes empresas. Aí você criou uma estrutura militar de defesa.

M.T. – Isso tudo para o submarino, principalmente?

⁴⁰ Em francês, o título é *chef d'état-major des armées*.

N.J. – Tudo. As empresas se deram conta de que aquilo era sério. Aí começaram a fazer negócio. Então, hoje, por exemplo, a Mectron, a Opto-Eletrônica, que têm uma tecnologia imensa sobre radares e sobre monitoramento do espaço e essas coisas todas, hoje são associadas a essas... Tanto é que a Odebrecht... Eu inclusive fiz uma coisa estranha: a Odebrecht, eu tive que ir à reunião do conselho da Odebrecht para mostrar a história da defesa. Por quê? Porque o presidente da Odebrecht, que era já o filho do Emílio Odebrecht, o Marcelo, ele me pediu... “Olha, eu estou querendo criar a Odebrecht Defesa, mas eu preciso o aval do conselho, do conselho da *holding*. Então, se o senhor toparia ir lá para expor”. Eu fui lá e fiz uma longa exposição. E aí eles criaram a Odebrecht Defesa. Entendeu? Então eu agi em tudo que era ponta.

M.T. – Mas era uma orientação de Lula, de criar uma relação especial com a França?

N.J. – Sim.

M.T. – Isso ia além da defesa.

N.J. – E ele dizia o seguinte: “É mais fácil...”. O Lula dizia: “É muito mais fácil ter um entendimento com a direita do que com a esquerda. A esquerda é uma complicação! Vamos acertar com a direita que a gente acerta com o Sarkozy. Porque a direita sabe quem manda; na esquerda é essa confusão plenária”. [risos]

M.T. – Fantástico! Ele tinha uma relação muito boa com o Bush, também.

N.J. – Também ótima. Com o Bush era ótima. Era ótima a relação com o Bush. Eles tinham uma identidade, os dois. O Lula não tem nada a ver com o problema de pressupostos ideológicos. O Lula é um pragmático. É um pragmático de resolver problemas.

O.S. – Agora, em relação à França, por exemplo, essa questão da transferência da tecnologia... Ou seja, a boa relação com a França acabou encontrando problemas também, depois. Ou seja, esse comprometimento do Brasil de se alinhar com a França ficou um pouco mais fraco depois. Como que isso se deu?

N.J. – Bom, depois que eu saí, diminuiu um pouco. Agora, o problema que houve com a França foi o negócio do Rafale⁴¹. Ocorre que... Quando eu entrei, a Força Aérea já havia feito uma pré-seleção. Nessa pré-seleção, somente ficaram: o New Gripen⁴², o F-18⁴³ e o Rafale. Os que tinha saído fora eram: o Sukhoi⁴⁴, da Rosoboronexport; o Eurofighter⁴⁵, que era uma aliança...

O.S. – Europeia.

N.J. – ...europeia lá, enfim; e tinha... e o F-16⁴⁶ também saiu fora. Então ficaram essas três, que eram a Saab, a Dassault e a Boeing. Bom, quando se fez... O Sarkozy veio ao Brasil para o Sete de Setembro e nós queríamos fechar essa história do Rafale. Mas ocorre de que os preços do Rafale eram muito altos, em relação aos outros. O Boeing tinha um problema e a Saab tinha um problema, que era a tecnologia. A Saab tinha um problema por quê? Porque a Saab era um composto: o motor era americano, o não sei o quê era alemão, o não sei o quê era sul-africano... Eram, são vários fornecedores. E a Saab dizia o seguinte: “Olha, o problema de transferência de tecnologia, tem que combinar com os outros países”. Então eles queriam que a gente se dirigisse aos outros países. Ah, mas não mesmo! A Boeing fazia promessas. Teve cartas inclusive, da... da Condolezza, da Hillary Clinton, que estava no primeiro governo do Obama, mandando cartas dizendo que haveria transferência de tecnologia, o Senado americano e tal. Mas aí eu fui examinar a legislação americana e vi que isso era bobagem, porque tinha lá a possibilidade de que... Ou seja, a grande dificuldade era a seguinte: aqui você não tinha uma ligação de Estado, o Brasil com os Estados Unidos; não, era o Brasil com essa empresa. E aí acontecia o seguinte, a empresa prometia tudo. Mas por que ela prometia? Eu disse: “Mas que estranho esse negócio, eles prometem tudo, transferência de tecnologia, tudo”. Aí eu vou na legislação e vejo o seguinte: eles transferem, eles prometem tudo, agora, se o Estado americano proibir, as perdas e danos são pagas pelo Tesouro. Então a Boeing não perdia nada. O descumprimento da obrigação contratual da

⁴¹ O entrevistado refere-se a avião de caça de produção francesa.

⁴² O entrevistado refere-se a avião de caça de produção sueca.

⁴³ O entrevistado refere-se a avião de caça de produção estadunidense.

⁴⁴ O entrevistado refere-se a avião de caça de produção russa.

⁴⁵ O entrevistado refere-se a avião de caça de produção europeia.

⁴⁶ O entrevistado refere-se a avião de caça de produção estadunidense.

Boeing, que poderia dar causa a um problema financeiro para a Boeing, seria bancado pelo governo americano. Ora bolas! Assim não é possível! E eles então ofereceram... Eu me lembro que o presidente da Boeing veio aí... Não sei se era o presidente. Um CEO da Boeing veio conversar comigo, dizendo: “Nós queremos lhe dar... oferecer ao Brasil uma multa de 10% sobre o valor se houver algum problema, e nós propomos construir parte do avião, o F-18, no Brasil e parte nos Estados Unidos e tal, porque aí o Congresso americano terá dificuldade de paralisar, porque aí paralisa todo o projeto”. Eu olhei para ele, assim... “Escuta, o Exército americano e a Força Aérea estão falando no F-35. Eu não quero saber de pedaço de avião e nem quero dinheiro; eu quero a tecnologia. Eu quero o avião, não quero que você me dê...”.

O.S. – Dez por cento do valor.

N.J. – “Isso não interessa. Isso não resolve.” Bom, o fato é que... Então restava o Rafale como confiável na transferência de tecnologia, e nós já tínhamos feito o acerto do submarino, estava tudo tranquilo. Mas tinha esse problema do preço. Então, no dia 6 de setembro – eu me lembro porque o Sete de Setembro era no dia seguinte –, o Sarkozy chegou, e aí nós nos reunimos à noite, lá em Brasília, no Hotel Blue Tree, no ex- Blue Tree, em Brasília, nos reunimos até as três da madrugada com a Dassault. Do lado francês estava a Dassault, o presidente da Dassault e o executivo da Dassault, o Guillaud e o outro... que era daquela empresa de... DGA. E do lado de cá estava o Saito, eu e o Marco Aurélio. E aí fizemos um acerto de redução de valores. E fizemos uma carta, redigimos uma carta que foi assinada pelo... Porque o Sarkozy precisava daquilo. Fizemos uma carta, o Sarkozy mandando, prometendo A, B, C, D, E, F, G. E aí... Que aportava uma redução do valor e seria vendido pelo mesmo preço que os franceses tinham comprado e não sei o quê mais. Aí o que acontece? Assinou-se a carta, mas aí houve um erro: o ministro das Relações Exteriores fez uma declaração que estava tudo resolvido. Não estava. Eu não podia refazer pela legislação brasileira, eu não podia refazer o entendimento com a Dassault sem que as outras tivessem a oportunidade de entrar na discussão. Aí eu tive que reabrir o... tivemos que reabrir o procedimento. Eu tive que fazer uma declaração que recuava a posição que o Itamaraty tinha lançado, como se estivesse tudo resolvido. Porque acontece o seguinte: quando saímos da festa... da solenidade essa – não da madrugada; da solenidade do dia seguinte, que foi depois

da passeata, do desfile, lá no palácio, que era um almoço –, eu fugi pelo fundo, para não dar declaração nenhuma, e o Celso saiu na frente e tal, ficou fazendo discurso, “está tudo resolvido”. Criou uma confusão. E aí, no dia seguinte: “Não, não está resolvido, tem que reabrir tudo de novo”. Aí eu reabri o procedimento, fez ofertas de novo, mas tudo direcionado nesse sentido, o Brasil discutir o problema. Eles reduziram, eu fui para a França, porque... Francês não é fácil. Na verdade, a Dassault acabava me enrolando, não fazendo a redução que o governo francês tinha feito. Houve várias reuniões lá...

M.T. – O senhor mencionou em algum momento que as promessas do Sarkozy tinham que estar descritas na proposta dada sobre...

O.S. – Porque a Dassault é uma empresa privada.

M.T. – Indicando uma certa... que havia um certo...

N.J. – Claro! E aí não fizeram. Aí, no final, se fez um troço, saiu um valor X. Reduziu muito. Não chegou ao valor desse, mas reduziu muito. Aí chega no final do governo do Lula. Aí, no final do governo do Lula, ele não quis decidir, porque a obrigação era uma obrigação que seria cumprida pelo governo da Dilma. Foi antes das eleições.

M.T. – E antes das eleições na França, também.

N.J. – E era eleição na França. Mas na França já estava acertado e tinha definição, mas o Lula não quis decidir, se entra um ou outro, porque estava no final do governo. Ele suspendeu a coisa antes das eleições. Antes das eleições porque era a disputa do Serra com a Dilma... “Como é que eu vou obrigar...? Não sei quem...” E depois que ganhou a eleição, a Dilma ganhou, ele disse: “Olha, eu vou deixar isso para a Dilma resolver, não vou entrar mais nisso.” Aí não tinha mais sentido. Mas ele estava definindo a escolha. No início, ele estava pensando em fazer, mas depois largou. Aí depois... Logo eu continuei e aí eu toquei o... Quando a Dilma me convidou para ficar, eu então fiz um plano que eu chamava um plano diretor, uma tentativa, enfim, de o que nós tínhamos que fazer no Ministério da Defesa, no governo da Dilma. Eram vários conjuntos. O primeiro conjunto era medidas do Ministério da

Defesa *stricto sensu*; o segundo conjunto era medidas para as Forças; e aí, o terceiro conjunto, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o que a gente tinha que fazer em cada um deles. Tinham algumas coisas que eram comuns, que eu botei nesse conjunto. Entreguei para ela, mas depois acabamos não conversando mais sobre o assunto. Que eu queira que ela aprovasse aquilo, mas, no fim, ela foi prolatando, protraindo, protraindo, e eu então comecei a achar que não... que a posição, a visão de defesa da Dilma era distinta da visão do Lula. E com isso eu inclusive pedi demissão em abril, pedi para sair, ao Palocci, conversei com ele... “Ah, não pode...” E depois, então... Aí fui num almoço com a Dilma, a Dilma pediu que eu ficasse etc. e tal e aí as coisas foram se esfriando.

O.S. – Então os problemas entre o Brasil e... nesse projeto de alinhamento entre o Brasil e a França, foram puramente relacionados ao tema da defesa? Porque também houve alguns problemas em relação à questão do Irã. Têm várias questões que dificultaram um pouco essa conversa. Isso teve alguma coisa a ver?

N.J. – Não. Na época, o Lula ficou agastado com o Sarkozy. Porque os franceses teriam... de acordo com o Itamaraty, tinham prometido alguma coisa e não fizeram.

M.T. – Isso.

N.J. – Tinha um problema da liberação de uma moça, uma francesa, que o Lula conseguiu, mas o acerto era de que o Sarkozy telefonaria imediatamente, e ele não telefonou lá para o Ahmadinejad para dizer que tinha soltado. Aquelas coisas. Aí o negócio complicou. A relação meio que... esfriou um pouco.

M.T. – Isso tem a ver com... Porque é mais ou menos na mesma época que ele desistiu do...

N.J. – Era o problema do Irã. Porque acontece o seguinte: os franceses inclusive me deram e eu entreguei para o Lula, fotografias daquela aérea do local, mostrando a evolução da construção etc., dizendo que os franceses tinham convicção de que os iranianos estavam mexendo para fazer a bomba atômica. Aí o Itamaraty convenceu o Lula para entrar nessa discussão. Ele perguntou a mim, eu disse que achava que não devia entrar, porque o Brasil...

Eu disse: “Olha, não tem nenhum problema, mas tem que administrar com clareza. Se nós vamos entrar nessa história do Irã... Primeiro, o Brasil tem pouco comércio com o Irã; segundo, o Irã não está no universo estratégico do Brasil. Qual é o interesse do Brasil de proteger o Irã... de tentar resolver o problema do Irã? Os desconfiados vão dizer que nós estamos fazendo bomba atômica também.” Ao lado, tem umas publicações da Alemanha, *Der Spiegel*, dizia que o Brasil estava fazendo bomba. Lembra-se disso?

M.T. - Sim.

M.T. – E tem o problema do Protocolo Adicional⁴⁷.

N.J. – E tinha o problema do Protocolo Adicional, que o Itamaraty queria assinar e eu era contra. Eu não queria assinar o Protocolo Adicional.

M.T. – O Itamaraty queria assinar o Protocolo Adicional.

N.J. – Queria. Queria fazer o jogo e tal. Inventavam uns caminhos lá. E acabou não assinando. O Lula não... barrou a história.

M.T. – Mas foi cogitado. Quando foi isso?

N.J. –Primeiro foi na Estratégia Nacional de Defesa. Porque, na Estratégia Nacional de Defesa, nós botamos que o Brasil não assinaria. E aí, nas reuniões da discussão da Estratégia, em que eu representava o Lula, o Itamaraty queria que tirasse isso. “Não, vamos tirar.” Eu disse: “Ah, não! Não vai tirar coisa nenhuma”. E o Lula não quis tirar, disse: “Não, não. Vai ficar”. Aí ficou.

M.T. – Eles queriam a ambiguidade?

⁴⁷ O entrevistado refere-se ao Protocolo Adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

N.J. – Queriam a ambiguidade, mas queriam assinar. Eu não tinha dúvida. E faziam aquela conversa... Eu conheço a história. A gente conhece. “Nós vamos fazer isso porque aí a gente fica com maior liberdade.” Fica nada. Eles queriam assinar.

M.T. – E é crucial não assinar para o Brasil.

N.J. – Era crucial porque ficava invasivo, absolutamente invasivo. E o nosso segredo, o nosso grande segredo industrial em relação a isso é o tipo de centrífuga que a gente inventou aqui, que é uma centrífuga que opera sobre leito eletromagnético. Não tem eixo. E eles querem saber qual é a tecnologia que a gente usa. E não dá para ver. Porque é um negócio... É uma centrífuga sem atrito. Isso foi feito em São Paulo, ali na... A fabricação foi lá na USP. Na USP tem uma parte lá da... meio escondidinho ali,... mas que é da Marinha. O Centro Tecnológico da Marinha é lá, dentro do campus da USP.

O.S. – Certo. Também houve alguma tentativa sua em relação a uma parceria estratégica com a Rússia. Nessa época...

N.J. – Não. O Mangabeira é que tentou. O Mangabeira foi para lá e tentou fazer uma parceria estratégica com a Rússia. Eu fui depois.

M.T. – O senhor foi à Rússia, também?

N.J. – Eu fui à Rússia. Mas aí eu identifiquei logo. Porque tu não sabia com quem estava falando. Ou seja, o problema com a Rússia é que tu não sabia quem mandava. A conversa não era uma conversa... “Olha, fulano vai...” Não, não. Aquilo era um negócio assim... Primeiro que tinha o negócio da língua. Você não entendia nada daquilo. Botavam um papel em cima da mesa, você não entendia nada daquilo. Então você não tinha um... Eu senti que era difícil. Eu disse: “Não, vamos sacar fora”. Porque o que a Rússia queria era vender o Sukhoi.

M.T. – Mas era só isso?

N.J. – Só. E sabe como é que foi a conversa? Porque inclusive eles me sondaram... Quando eu entrei, já tinha, o Sukhoi até já tinha sido escolhido. Aí o embaixador, que era meu amigo, era meu amigo de vodka – ele tinha uma vodka extraordinária...

O.S. – Era o Akopov já? Era o embaixador Akopov, aqui no Brasil?

N.J. – O embaixador russo no Brasil. Que falava português.

O.S. – Sim, fala português.

N.J. – Que era um sujeito divertido e tal. E aí ele queria voltar à história do... Aí eu disse “Escuta”... Quando se falou em transferência de tecnologia, ele disse: “Não, não. Vamos fazer o seguinte, compra um avião e depois a gente acerta”. Ah! Não dá. Aí não dá, não é possível.

M.T. – Então o FX-2 não saiu por causa da mudança de governo. Essa é a hipótese?

N.J. – Por causa da mudança de governo. Se tivesse mais tempo, se teria... E aí nós estamos com um problema, porque os Mirages estão... No ano que vem, começam a parar de voar.

O.S. – A Índia também tem um projeto de...

N.J. – A Índia... Eu tentei na época, inclusive assinamos um... Porque, veja, qual era o problema do Rafale? O problema do Rafale eram os custos recorrentes. Os custos recorrentes do F-18 já estavam pagos, porque o F-18 foi muito vendido no mundo. Mas o Rafale não tinha nenhum à venda. O único comprador do Rafale era a Força Aérea Francesa. Bom, então, nós íamos comprar trinta e seis. Ou seja, dentro desses 36 estavam os custos recorrentes, que eram altos. Então, qual era a ideia que eu tinha? A ideia era pulverizar isso. Então, o que aconteceu? Eu fui para Abu Dhabi. Aí conversei com... os Emirados... O ministro da Defesa dos Emirados é irmão do califa, irmão do rei lá dos Emirados, que são de Abu Dhabi, daquela família Zayed que era... Mohammed bin Zayed, que até apareceu aí numa revista nossa agora, porque ele investiu um fundo soberano que ele geria, tem

investimentos com o Eike Batista aí e não sei o quê. Bom, conversei com ele para ver se a Força Aérea dos Emirados comprasse os Rafales. E a Força Aérea dos Emirados tem... Eles têm muita preocupação com aviação aérea por causa da disputa com o Irã, naquelas ilhas do Estreito de Ormuz. Então eles estavam topando. Eles queriam cem. E aí vieram os líbios falar conosco, ainda na época do Kadafi. Os líbios queriam comprar. Aí os líbios compravam 50. Eu cheguei a assinar... Assinamos um acordo, uma espécie de carta de intenções com os líbios, para que nós geríssemos tudo em conjunto. Então seria um pacote que envolveria 186, o que importava numa redução de custos. Você pulverizava os custos. Assinamos um documento... Com os líbios, nós chegamos a assinar um memorando de entendimentos para que a condução do assunto fosse feita por nós, junto com eles. E o pessoal lá dos Emirados, também estava interessado. Então, com isso eu estava tentando ver se pulverizava para reduzir o preço, aumentando o número. Aí, mais tarde, a Índia entrou, pretendendo... Não sei se se acabou efetivando ou não a negociação com os Rafales. A Índia acabou entrando. Hoje, provavelmente, as coisas estão mais baixas. Não sei agora. E a crise da Europa também puxa o preço para baixo. Agora, o fato é que tem que resolver isso. E há uma inquietação forte aí na Força Aérea porque você vai ficar sem aviões.

M.T. – O senhor estava no governo, ainda, durante a crise da Líbia e a intervenção da OTAN na Líbia.

N.J. – Estava.

M.T. – O senhor participou de alguma discussão no governo em relação a isso?

N.J. – Não. Nada. A gente ficou quieto quanto ao assunto.

M.T. – O tema de Responsabilidade de Proteger e o direito de intervenção humanitária.

N.J. – Ah! Isso... Porque a posição nossa era... Aí o Itamaraty que geriu isso. Eu não participei. Eu disse ao Lula que eu concordava com tudo isso e que a posição era essa mesmo. Porque também era uma defesa, não é?

M.T. – Isso foi discutido no Ministério da Defesa em alguma...?

N.J. – Não, não. Porque logo definiu essa posição. Foi muito rápida, a definição da posição. E aí o Lula chamou, nós conversamos e pronto. E aí o Itamaraty geriu tudo. Eu não tive nenhuma gestão nisso. Em relação à África, muita gestão foi com Angola. Angola e o problema do Guiné-Bissau, a tentativa de solução da crise na Guiné-Bissau. Eu fui à Guiné-Bissau três dias depois da morte do Nino. Quando mataram o Nino. Foi uma coisa horrível porque o exército da Guiné-Bissau é um exército em que 80% são balantas, da tribo balantas, e são animistas. Então, quando matam, eles não podem matar a tiro, eles têm que matar à faca, a machete, porque senão a alma não sai, a alma não sai e aquela alma... Se você dá um tiro e mata o sujeito, a alma fica e fica te perseguindo. Fica presa. Então tem que cortar o sujeito. É um horror! Eu tenho as fotografias do Nino todo retalhado. Horrível!

M.T. – E o senhor participou da gestão dessa crise em Guiné-Bissau, então. Foi mais ou menos na mesma época.

N.J. – Eu tive uma reunião com o Exército, na época. E é gozado porque depois, logo... Na época da crise teve uma reunião dos ministros da Defesa da CPLP.⁴⁸ lá em Luanda, e o ministro da Defesa de Luanda, que ficou muito meu amigo, era um general já mais velho, da idade do Eduardo dos Santos⁴⁹, que era o Kundi Paihama.⁵⁰ Aí ele dizia assim para mim, logo depois que nós... Terminou a reunião e tal... O ministro da Defesa da Guiné-Bissau fez uma exposição sobre o problema etc. Também estava o Xanana Gusmão, do Timor Leste. Então foi difícil a conversa, porque esse sujeito era muito... aqueles... meio pernóstico e tal, muito importante e tal. Aí o Kundi me chama para conversar. Nós conversamos fora da reunião. E o Kundi dizia assim para mim: “Ó Jobim, isso depende do Brasil. Vamos resolver o problema da Guiné. É fácil resolver o problema da Guiné-Bissau. Eu resolvo. Mas você tem que concordar”.⁵¹ “Mas o que é, Kundi?”, “Eu pego duas brigadas angolanas, entramos lá e acabamos com esta merda toda.”⁵² [risos] Eu digo: “Tu estás louco?!” “Com duas brigadas

⁴⁸ O entrevistado refere-se à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

⁴⁹ O entrevistado refere-se a José Eduardo dos Santos, ex-presidente de Angola.

⁵⁰ O entrevistado refere-se ao então ministro da Defesa de Angola.

⁵¹ Entrevistado imita o sotaque português.

⁵² Entrevistado imita o sotaque português.

angolanas acabamos com aquela gente. Aquilo não é de nada. Mas tu tens que concordar.”⁵³
Eu disse: “Ah, não. Não me mete nisso”.

M.T. – “Não é assim.” [Risos]

N.J. – [Risos] Eu não sei se ele estava brincando ou não, mas ele estava falando sério.

M.T. – Mas houve uma conversa de alguma Força de...

N.J. – Houve. Mas acabou não caminhando, porque dependia do pedido deles. Nós não podíamos entrar.

M.T. – Claro. Era uma Força com o consenso...

N.J. – Com o consenso. Mas aí não... E era difícil, porque... Era tudo complicado na Guiné. A Guiné-Bissau era... E depois tinha muita coisa com droga.

M.T. – O que aconteceu foi um golpe motivado pelo narcotráfico.

N.J. – É. Muita coisa com droga e muito envolvimento da Marinha deles lá. Eles têm uma Marinha, embora não tenha mar.

M.T. – E por que não deu certo, essa ideia de uma Força...?

N.J. – Porque eles não quiseram. O presidente local não tinha força política para fazer com que todo mundo concordasse. E aí não tinha jeito. Então não funcionou. E o mesmo se passava com...

[FINAL DO ARQUIVO 02]

⁵³ Entrevistado imita o sotaque português.

O.S. – Isso... O envolvimento brasileiro em Guiné-Bissau, eu acho que isso acontece tudo em um contexto o de maior envolvimento brasileiro na gestão de crises...

N.J. – Que era a política do Lula...

O.S. – Isso.

N.J. – ...que é a presença internacional do Brasil.

M.T. – Quem eram os interlocutores da gestão dessa crise em Guiné-Bissau? Da parte brasileira, quem mais participou desses encontros?

N.J. – O Itamaraty participava...

N.J. – Porque há uma diferença... Porque a ação que nós fazíamos era uma ação mais direta. O Itamaraty era uma ação menos incisiva. Um modelo diplomático: muito adjetivo e advérbio de modo e pouco substantivo. E nós éramos mais substantivos.

O.S. – Agora, no Haiti, quando o senhor assumiu, o Brasil teve uma presença forte lá...

N.J. – Forte. Eu estive várias vezes lá.

O.S. – Como o senhor enxergou a presença brasileira lá?

N.J. – Era importante. Porque ocorre o seguinte: nós tínhamos o *Force Commander*, que era brasileiro, e tínhamos o Brabat⁵⁴, e eu fui várias vezes lá no Haiti para prestigiar a Força etc. Inclusive eu ficava na base, eu não ia para o hotel.

O.S. – Isso. Por decisão sua?

⁵⁴ O entrevistado refere-se ao Batalhão Brasileiro de Força de Paz (Brabat).

N.J. – Por decisão minha. Porque era a integração. Fizeram um hotel lá, não sei o que e vinha visitar, “bom dia”, “boa tarde”. Então... E de manhã cedo eu acordava e ficava correndo lá, fazendo ginástica, e as pessoas me viam e viam uma certa... e participava. Eles gostavam muito. E aí se passa o seguinte: os brasileiros eram os que tinham simpatia com a população local. Os paquistaneses eram um desastre; os americanos não participavam da Força, mas tinham muita força lá porque tinham uma embaixada enorme. O americano não tinha capacidade de interação humana. E o brasileiro tinha. Tanto é que eu andei com eles por aquelas... Cité Soleil – uma coisa horrível, uma pobreza infernal – e as crianças vinham se abraçar. E os soldados faziam ações de... Tinha lá o negócio de comida e festa e futebol para as crianças e não sei o que mais. E aquele negócio de o Lula levar a Seleção Brasileira para jogar lá foi um negócio que deu um salto em cima do prestígio do Brasil. Porque aí pararam a guerra, suspenderam a guerra...

O.S. – Para assistir ao jogo.

N.J. – Fizeram uma anistia para fazer o jogo, uma trégua para assistir ao jogo. E de outra parte, quando houve o terremoto...

O.S. – Em janeiro de 2010.

N.J. – Eu me acordo de manhã, no dia do... me vem a notícia do terremoto, vou para o palácio, tinha uma reunião no palácio, e aí telefonei imediatamente para a Força Aérea, de manhã cedo, disse: “Olha, prepararem um avião porque eu vou para o Haiti”. Aí eu chego no palácio e o Lula diz assim... Eu disse: “Presidente, o senhor me perdoe, mas eu precisava que me liberasse, porque eu vou para o Haiti”. Ele disse: “O quê? Tu vai para o Haiti agora?”. Eu disse: “Eu vou. Eu tenho que ir lá. As Forças brasileiras estão lá, o Ministério da Defesa tem que estar lá. Vou ir”. “Mas tu vai mesmo?” Eu disse: “Vou”. “Então vou fazer o seguinte... Mas está com avião?” Eu disse: “Já está tudo pronto. Eu vou sair agora”. “Não, então eu vou mandar mais gente.” Aí o Lula mudou a natureza da viagem, Ele me emprestou o avião dele lá, botou à disposição o segundo avião, desses da Embraer novos, e aí eu levei... foram outras

peessoas, foram várias outras pessoas junto comigo, inclusive os familiares da Arns⁵⁵, para trazer o corpo. E aí chegamos na... Foi complicada a chegada, porque estava um desastre, uma desordem total. Houve um avião que quase bateu em nós, um aviãozinho que saiu do meio de uma nuvem lá. Foi um terror... E eu dizia ao piloto: “Vira, vira!”, e aí [ele conseguiu virar]⁵⁶.

M.T. – Nossa Senhora!

N.J. – Bom, aí chegamos lá. Eu logo entrei na... E aí assisti coisas muito, muito feias, muito feias. Chegando, já fui direto para o Brabat, e quando chegamos no Brabat tinha uma fila de gente toda quebrada, deitada no chão, porque não tinha espaço lá dentro. Os militares tinham desocupado todas as garagens e transformado as garagens em hospital. E cheio de gente. Tinha inclusive uma moça lá que estava há quase 48 horas sem... 24 horas sem dormir lá, exausta, uma médica. Enfim... E o pessoal ia todo para lá. Na entrada do Brabat tinha um corredor, uma espécie de... tinha duas mãos, era uma espécie de avenida, e ali, então, todo mundo deitado, porque eram os menos... digamos, que tinham condição de ficar ali e que não precisavam ficar lá dentro. Então atendiam ali fora e dentro.

M.T. – E o Brasil enviou um hospital de campanha...

N.J. – Aí, depois, então, eu imediatamente providenciei para mandar um hospital de campanha da Força Aérea. Que é uma beleza o hospital. E tivemos um problema curioso, porque esse hospital de campanha vai em um Hércules, então, o Hércules saiu, mas os americanos tinham assumido o aeroporto, e aí não deixaram o avião brasileiro descer e o avião teve que descer na República Dominicana. Aí eu falei: “Ah, mas não é possível!”. Aí eu disse: “Olha, sobrevoa; se tiver espaço, desce, mesmo sem autorização. E aí você faz o seguinte, você desce, eu aviso o Brabat...”. Avisamos o Brabat e o Brabat veio para perto do aeroporto, esperando o avião... Os americanos não sabiam o que estava acontecendo. Eu falei: “Leva gente armada, não é bobagem. E vocês, quando descer o avião, na hora que der...”. E

⁵⁵ O entrevistado refere-se a Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança que participou de missão no Haiti, morreu no terremoto no dia 12 de janeiro de 2010 na cidade Porto Príncipe.

⁵⁶ Mais próximo do que foi possível ouvir.

ele diz assim: “Deu. Pode descer” E aí *puss*⁵⁷. Aí: “Não pode descer!”, uma confusão toda. E quando o avião desceu, os soldados brasileiros saíram de dentro do avião já com a arma na...⁵⁸ Aí o troço acalmou, os americanos não vieram. [risos] E viram que estava o Brabat do outro lado. E aí conseguimos...

M.T. – Mas eles não tinham autorizado descer por que motivo?

N.J. – Porque, eles estavam gerindo o aeroporto da perspectiva deles, para os interesses deles, de sair o americano de lá, trazendo coisa... E nós estávamos... “Ora! O que é isso?”

O.S. – O avião já tinha...? Eles mandaram o avião para a República Dominicana ou o avião, de fato, tinha ido lá e depois o senhor pediu a volta do...?

N.J. – Do quê?

O.S. – Do Hércules.

N.J. – O Hércules estava na República Dominicana esperando a abertura do aeroporto. E não abriam o aeroporto. Eu disse: “Vai. Vai e abre na marra”. E abriram na marra. Desceu na marra.

M.T. – E os americanos...? Houve alguma tensão depois?

N.J. – Não. Tanto é que aconteceu o seguinte...

M.T. – Porque isso saiu nas notícias aqui, reclamações sobre a gestão do aeroporto pelos americanos.

N.J. – É claro. Eles trancaram. E nós descemos na marra. O nosso Hércules... Quem geriu isso foi o general Sergio Etchegoyen, que fez a ponte com...

⁵⁷ Entrevistado imitou som de pouso.

⁵⁸ Entrevistado bate a mão na mesa fortemente.

M.T. – E depois passaram a liberar.

N.J. – Ah, sim. Depois, aí não teve mais problema. Aí eles viram que não dava, porque aquele troço não ia funcionar. Na verdade, eles fizeram um bom trabalho, porque estava sem torre, sem nada. O espaço aéreo estava completamente estourado. Eles botaram em ordem. Mas acontece que botaram em ordem só para eles, e não era possível. Aí depois entenderam etc. Inclusive, quando eu cheguei ao Haiti, na primeira ida, logo depois... nesse dia mesmo do... no dia seguinte ao...

M.T. – Ao terremoto.

N.J. – Teve o problema com o corpo da dona Zilda, porque tinha um negócio de... tinha autorização e não sei o quê. Eu disse: “Que autorização coisa nenhuma!”. Uma bagunça, não funcionava, tudo uma bagunça. Os argentinos tinham um hospital e ajudaram muito, para embalsamar o corpo e aquelas coisas todas. Mas o corpo veio sem autorização nenhuma. “Bota no avião e vamos lá.”

O.S. – É, na situação de crise...

N.J. – Vai querer burocracia, carimbo? Aí saímos, e depois houve um problema. Porque, quando eu cheguei, nós fizemos uma reunião no Brabat. Aí veio o presidente... Como é o nome dele? Que era muito simpático. É um nome francês.

O.S. – Préval⁵⁹?

N.J. – Préval. Veio o Préval, e chega o Hernández⁶⁰, que é um sujeito... um gestor imenso, que era da República Dominicana, e nos reunimos lá no Brabat. Porque eles não tinham um lugar onde reunir: o palácio tinha caído. E nós fomos no local lá, e aí eu convidei: “Vamos

⁵⁹ O entrevistado refere-se a René Préval, então presidente do Haiti.

⁶⁰ Provavelmente o entrevistado se enganou querendo fazer referência a Leonel Fernández, então presidente da República Dominicana.

conversar lá”. Aí eu comecei a... Nós estávamos... Todo mundo estava atrapalhado. Aí eu chamei um general lá disse: “Como é que eu vou fazer esse negócio?”. “Olha, vamos tocar.” Então, tinha o problema de sepultamento, e aí tinha um problema, é que o haitiano não admitia que estrangeiro tocasse no corpo do haitiano morto, porque teria problema... Aí é negócio de vodu e aquelas coisas todas. E aí o que a gente fez? Eu disse: “É muito simples. Vamos contratar esse povo”. Aí nós... “E onde é que vamos enterrar?” Aí acertamos fazer valas comuns. Fizemos valas comuns, velava o sujeito e enterrava tudo junto. Porque começou o problema de apodrecer na rua... E aí começa o cheiro. O cheiro estava muito ruim. Aí começa a peste, começam enfim, epidemias e não sei o quê mais. Aí acertamos com o Préval a realização de... valas comuns, e aí as pessoas vinham, identificavam... Porque muitos não tinham identificação. Aí enterrava e fechava logo. Senão... E aí o que eu consegui? Eu consegui com a Igreja Católica, um líder evangélico, que tem muito, e um vodu, que foram lá para fazer a bênção do... Enfim, porque o pessoal lá é muito religioso, não é? E aí esse líder vodu e esse... faziam uma espécie de bênção.

M.T. – E quem estava nesse momento de gestão da crise?

N.J. – Não tinha ninguém.

M.T. – Ninguém.

N.J. – Não tinha ninguém. Estava tudo uma bagunça.

M.T. – Os americanos não tinham...?

N.J. – Aí surge um problema. Os americanos mandam um navio com *marines*, comandados pelo general Bleeks⁶¹. Esse general Bleeks falava português, porque tinha feito curso no Brasil ou uma coisa assim. Esse general Bleeks chegou. E o nosso general era o Floriano Peixoto. E deu confusão. Porque os americanos queriam tomar conta, assumir a coisa, e o

⁶¹ Provavelmente o entrevistado se enganou querendo fazer referência ao general Ken Keen, que foi *Commander* da *US Joint Task Force – Haiti*, criada para prover apoio militar estadunidense no Haiti em 2010 após terremoto.

Floriano Peixoto, que era o *Force Commander*, disse: “Não vai”. Aí eu chamei o Bleeks e conversei com ele, disse: “Olha, não é possível. Não vamos começar a brigar entre a gente. Fica uma situação de crise dessa natureza.”. Aí se acertou o *modus vivendi* com os americanos. Porque os americanos não... Porque tem um problema com os americanos, da organização americana, que a Força americana não pode ser comandada por estrangeiro.

O.S. – Isso. Exatamente.

N.J. – Não é culpa dele. É legislação. É a forma deles lá. É meio coisa de império. Então, se acertar o *modus vivendi*...

M.T. – Tem a ver com as Nações Unidas, também, e as forças de paz.

N.J. – Aí eu conversei com o Bleeks. Foi uma conversa boa inclusive. Eu conhecia ele lá das conversas com o Gates e com... Eu fiquei muito amigo do chefe do Estado-Maior dos Estados Unidos, que era aquele almirante Mullen⁶², que veio ao Brasil inclusive e eu levei na Amazônia, o Mullen. Ele ficou vibrando. Eu levei na Amazônia porque ele era da Marinha e eu levei para um hospital de campanha, daqueles hospitais, um daqueles navios hospitalais. Ele achou ótimo. [risos]. Eu me lembro que os seguranças do Mullen perguntaram: “Mas os senhores vão perto da... O senhor vai na fronteira com a Colômbia?” Eu disse: “Não, nós vamos na beira do rio”. Porque a Colômbia está do outro lado. [risos] Ele acabou indo. Mas esse Bleeks... Foi até boa a conversa. Aí o Bleeks se entendeu com o Floriano Peixoto. Mas houve um estremecimento, no início.

O.S. – E o senhor teve que fazer gestões com o secretário de Defesa ou com o secretário de Estado americano nesse momento? Ou se resolveu tudo por aqui?

N.J. – Não, não. Foi por ali mesmo. Aí era uma coisa executiva. O negócio era horrível. Inclusive, na descida, quando eu vim, eu cheguei no aeroporto e fui para o Brabat, tinha um cachorro com uma mão, levando uma mão, levando um braço, um antebraço lá.

⁶² O entrevistado refere-se ao almirante Mike Mullen.

O.S. – É, foi... Agora, a implementação da entrega da ajuda brasileira humanitária, isso foi tudo feito pelo...

N.J. – Pelo Brasil. Tudo era o Brabat. Aí ocorreu o seguinte: tivemos que aumentar o número de soldados. Nós aumentamos para mais mil. E aí eu, havia dúvida. Porque tinha umas bobagens aqui, do pessoal da esquerda, “estamos intervindo no Haiti”, aquelas coisas, conversa fiada. E aí eu negocieei com a direita, com o DEM, PFL, o PMDB e tal e pedi uma autorização para dois mil. Só que eu queria ficar com um negócio no bolso. Aí mandamos 900 mais e aumentamos a Força, e depois mandamos o hospital. O hospital passou a ocupar ali uma parte que nós ocupamos e o hospital ficou um bom tempo lá, um hospital ótimo, excelente.

O.S. – O senhor acredita que, durante a sua gestão, a percepção política da possibilidade de mandar tropas brasileiras para o exterior mudou?

N.J. – Está mudando. Tanto que o pessoal começava a querer. A ONU queria.

O.S. – Certo. Mas também internamente?

N.J. – Já tinham aceito. Tinha um setor, ainda, que achava que não podia porque isso seria intervencionismo, aquela... Ou seja, as pessoas, tem muita gente que raciocina através de pressupostos acadêmicos. Tudo isso não reage à base de pressupostos. O Lula era pragmático, vamos resolver o problema. Então, tinha a hipótese de a gente... Porque a característica era que a capacidade do soldado brasileiro, de convívio, era muito mais fácil que os outros. Tanto é que quando... Eu me lembro de um fato. No Haiti, ocorreu o seguinte, ouve só: no dia da Páscoa, os soldados brasileiros, sabe o que fizeram? Juntaram dinheiro para comprar chocolate para as crianças. A informação que eu tive é que eles juntaram o dinheiro e foram comprar da Garoto. E a Garoto estranhou o pedido, mas quando viu o que era, duplicou a remessa. E aí os soldados, por obra deles, distribuíram chocolates de Páscoa para as crianças haitianas. Aquilo foi uma festa! Outra coisa que eles faziam... Teve uma embaixatriz

brasileira⁶³ lá, que era mulher do Kipman, um alemão, que era uma craque, e ela praticamente mandava na tropa, porque ela era... se virava, e ela tinha creches para essas crianças que foram abandonadas todas. Aí veja o que os soldados fizeram: os soldados abriram mão do iogurte uma vez por semana. Eram dois mil soldados, logo, ela tinha dois mil iogurtes por semana. Um dia eles não comiam... Porque imaginou se a gente fosse fazer doação de iogurte? Era um pavor: Tribunal de Contas e não sei o quê. Aí se resolveu da seguinte forma: eles recebiam... Porque a alimentação, ela vinha pela ONU, a ração deles, e aí eles pegavam o iogurte e entregavam para a mulher. O iogurte e o ovo. E ela fazia então... Ovo, e a outra coisa que faziam também era sabonete. Aquele sabonetezinho que eles usavam, quando ficava pequenininho, eles botavam em um saco plástico. Ela juntava. E aí eles pegavam e derretiam aquele sabonete e cortavam todos, botavam um talquinho, um perfuminho e entregavam para as crianças. Isso era um negócio extremamente valorizado.

O.S. – Mas isso foi tudo espontâneo?

N.J. – Tudo espontâneo. Não era nada obrigatório; era tudo do... enfim, da solidariedade própria deles. Isso não acontecia com os americanos, que não se integravam; não acontecia com os outros integrantes da Força de... da MINUSTAH⁶⁴. Os paquistaneses eram um horror. Esses davam tiro para tudo que era lado, era uma bagunça.

M.T. – Quem mais foi com o senhor para a gestão dessa crise no Haiti?

N.J. – Foi o Sergio Etchegoyen; eu levei o Genoio⁶⁵ uma vez; e sempre, quando eu ia lá, o comandante do Exército ia junto. Os generais que tinham lá eram muito bons. Os oficiais que tinham lá eram muito bons, muito bons. E tinha muito prestígio, a Força, porque tinha uma integração com a população, por causa de música, de futebol... Eles se juntavam e iam juntos para o futebol. E eles gostam muito de futebol. Eles adoram o futebol brasileiro por causa desse negócio de o Lula ter levado a Seleção lá, que foi uma crítica brutal contra ele na época.

⁶³ O entrevistado refere-se a embaixatriz Roseana Kipman.

⁶⁴ O entrevistado refere-se à United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH).

⁶⁵ O entrevistado refere-se a José Genoio Guimarães Neto.

M.T. – Houve outras missões da ONU que a ONU tentou que o Brasil participasse? Houve debates sérios em relação a participar de outras missões? Ou não?

N.J. – Eles queriam que a gente mandasse Força para a *Côte d’Ivoire*, para a Costa do Marfim, e também para o Congo.

M.T. – Por Congo, é.

N.J. – Mas não avançou.

M.T. – Não avançou por que lado? O Brasil não quis?

N.J. –A conversa não avançou; ficou na intenção. Nós estávamos sempre no assunto, mas...

M.T. – Tinha alguma disposição...

N.J. – ...mas acabou não avançando. E depois, o seguinte: a grande qualificação da Força de Paz é que se criou, aqui no Rio, uma escola de formação de operações de paz. Então os soldados vão para lá, fazem treinamento lá, e aí eles aprendem coisas que não são do treinamento militar normal: línguas, filosofia, cultura do país, essa coisa toda. Eles se preparam para isso. Tanto é que a qualificação desses soldados foi o que nós usamos quando da ocupação do Alemão.

M.T. – Ah, sim.

N.J. – Quando houve a ocupação do Alemão, nós usamos todos os soldados que tinham estado no Haiti e tinham experiência do... Porque o grande problema é que o ensinamento do soldado de Infantaria é para tratar com o inimigo. Ao passo que no caso de tropas de operação de paz não é isso.

M.T. – É diferente.

N.J. – É para tratar com o cidadão delinquente ou coisa parecida, mas não é inimigo. E aí você tem uma mudança de enfoque.

M.T. – E isso está institucionalizado? Isso continuaria mesmo que a missão do Haiti...?

N.J. – Continuaria porque te dá uma formação para aquilo que a gente chama de operações de Garantia da Lei e da Ordem, GLO. A GLO precisa desse tipo de formação.

M.T. – Outra coisa que nos interessa é a gestão pública do uso das Forças Armadas para missões de paz. Os dados dos mortos brasileiros no Haiti não são claramente...

N.J. – Mas não teve muito, acho que poucos morreram.

M.T. – É parte da gestão de como isso é visto pela população, para garantir que não vai ter um protesto em relação a isso?

N.J. – As mortes que se deram foi no terremoto. Nas operações propriamente não tem.

M.T. – Ninguém.

N.J. – Não teve. Teve ferimentos. Mas não fortes. Quando houve... O momento mais crucial, que foi o momento do... que o Elito⁶⁶ foi lá, que o próprio... que foi o momento de operações mais...

M.T. – Mais pesadas.

N.J. – Conflitos. O Heleno⁶⁷, também. Mas não teve... Teve feridos, mas não mortos. Os mortos que tivemos foram lá no terremoto.

⁶⁶ O entrevistado refere-se ao general José Elito Carvalho Siqueira, comandante da MINUSTAH entre 2006 e 2007.

⁶⁷ O entrevistado refere-se ao general Heleno Ribeiro Pereira, comandante da MINUSTAH entre 2004 e 2005.

M.T. – Então não tem um custo humano significativo.

N.J. – Não, custo humano, não. Tem um custo em dinheiro. Custo em dinheiro tem, porque o que a ONU ressarce não cobre o custo.

O.S. – O salário.

N.J. – O salário. Outra coisa gozada, uma briga que eu tinha lá e não consegui resolver, é que a ONU manda os dólares, que vai para o Tesouro, mas quem paga o custo somos nós, e nós não recebemos do Tesouro. [risos] A Fazenda segura.

M.T. – Esse é um problema...

N.J. – Isso é uma coisa antiga. A Fazenda segura o dinheiro. Não passava para nós. Você tinha o orçamento para atender aquela despesa, mas o ressarcimento não vinha.

M.T. – Não vinha.

O.S. – É que, para alguns países, o salário é tão baixo – por exemplo, no caso da Índia...

N.J. – É o caso do Uruguai.

M.T. – O Uruguai, também.

O.S. – Sim.

N.J. – O Uruguai usa muito... Usava pelo menos.

M.T. – Ainda usa muito.

N.J. – Muito.

O.S. – Índia, Bangladesh e Paquistão, todos...

N.J. – É a forma de pagar os soldados.

O.S. – Isso. Exatamente. De um salário mais baixo, e daí o governo tem um lucro. Então o Brasil não aplica porque gera um custo maior.

N.J. – Não. Quando eu entrei no... tinha o problema de salário. Os soldados... Lembra-se que um general me levou lá um projeto para aumento... não sei, de 30%, e eu tranquei. Aí eu fiz longa... Até que eu entendesse como é que era a composição... Porque a primeira coisa que fiz, por uma questão de mérito, eu queria conhecer o estado da arte, ou seja, qual é a composição da remuneração dos militares, considerando as várias graduações. Aí foi uma trabalhadeira infernal, porque eu me meti num cipoal, não é? Aí consegui entender tudo aquilo. E aí dividi em categorias. Então, tinha o generalato, tinha a parte de oficiais e sargentos, e aqui, aquilo que eu chamava o salário mínimo. Por quê? Porque quando eu examinei isso, o soldado recruta recebia menos que o salário mínimo.

M.T. – Uau.

N.S. – Recebia 207 reais. Era o valor do salário do recruta. E o salário mínimo estava 400 e pouco. Aí eu fui conversar com o Lula, disse: “Olha, não é possível”. Aí então... Mas acontece o seguinte: se eu aumentasse aqui embaixo... Eu tinha que aumentar 100% embaixo. E se o aumento daqui tivesse que refletir... Porque você também não podia estabelecer que um sujeito de graduação inferior recebesse mais que um outro de graduação maior. Então o que é que fez? Não dava. Porque se você aumentasse aqui, aumentava lá em cima, aí explodia. Aí eu chamei os generais e disse: “Olha, eu vou fazer o seguinte...”, e fiz uma categorização, só para efeito desse cálculo. Então elevava até aqui. Eram três: o recruta... Quatro, que estavam aqui dentro, que era o nível do salário mínimo. Então, esse aqui... Eu aumentei a base além do salário mínimo e dei um diferencial aqui, entre um e outro. Aí, depois, quando cheguei aqui, não era mais esse cálculo. Era baseado nesse último aqui, mas que era mais baixo. E aí foi indo até aqui, então. Embaixo, nós demos um aumento de 100%, e os generais, nós demos

um aumento em quatro anos... Não. Em três anos, espalhado nos três anos, de 31 ou 28%, uma coisa assim, que foi aumentado o general de quatro estrelas. Aí os soldados enlouqueceram, porque aí o sujeito passou a receber o salário mínimo: saiu de 207 para 500.

O.S. – Certo. Que é uma grande diferença.

N.J. – Opa! E aí o pessoal da inatividade, os reformados, eles protestaram, “como é que um soldado vai ser aumentado em [100%] e outro em 28%?”. Inclusive, aí um pessoal veio falar comigo. E essas coisas, não adianta, o sujeito... você tem que entender o que ele pensa, mas você também tem que endurecer. Se não endurecer, não dá. Então a conversa que eles tiveram comigo, aquele negócio de... Enfim, o representante daquelas associações e tal veio falar comigo, disse: “Ministro, nós queremos registrar e ponderar aos senhores...”. Eu disse: “Olha, não tem ponderação. O assunto está encerrado. São 100% aqui embaixo, é assim, essa vai ser a forma. Agora, se vocês não querem, tiramos fora aqui vocês e...”. Aí... “Não!” Aí se resolveu. E aumentou. Aumentou bem. E eu fiz o seguinte: nós fizemos um aumento... Era possível fazer um aumento em dois anos, mas eu calculei... “Eu vou ficar aqui uns três anos ou quatro anos, então eu quero que esse assunto esteja resolvido.” Então eu calculei o último aumento quando eu estivesse saindo. Porque daí não tinha controle de sempre... Mas aí eu fiquei seis meses, tentei... Aí depois surgiu com a Dilma, porque aí o salário aqui de baixo ficou aquém do salário mínimo.

O.S. – Ah, sim.

N.J. – Claro! Porque o salário mínimo evoluiu. Porque eu tinha feito uma previsão. Esse aumento aqui foi uma previsão de que forma tal... Porque esse aqui recebeu de cara. Esses não se submeteram a esses quatro... três anos. Só os daqui para cima é que foram aumentados progressivamente. Então, esses aqui ficaram. E eu fiz um aumento prevendo um aumento do salário mínimo durante três anos.

M.T. – Isso deve ter ajudado a sua popularidade com as Forças Armadas.

N.J. – Ah, sem dúvida.

O.S. – Falando de popularidade, eu tenho uma última pergunta em relação à sua decisão de usar uniforme. O senhor se assegurou antes que isso não ia causar um problema?

N.J. – Eu li antes. Não tem problema nenhum.

O.S. – Certo. Mas então o senhor se assegurou que, de fato, isso não poderia causar um problema maior.

N.J. – Ah, eu olhei e tal. “Não tem problema, pode tocar.” Aí eu toquei. Olhei e tal, e discuti com o Ferrão, Eduardo Ferrão, que é advogado, que foi meu aluno, que é advogado em Brasília. “Não tem problema, não. Pode tocar.” E aí eu toquei. E foi bom, foi muito bom, em termos de...

O.S. – Um simbolismo importante.

N.J. – É, um simbolismo importante. E depois foi bom porque a imprensa bateu contra. E você sabe que a forma de você ter uma coesão é ter alguém que você seja contra. E todo mundo ficou do meu lado, porque eu estava... “Mas como?! Não pode vestir como nós!” Então foi ótimo. Aí eu estimulava a imprensa que me viesse bater. “Ah, deixa que bata à vontade. Para mim é melhor.” Do momento que ele deram bola, houve uma coesão em relação ao fato de eu ter usado o uniforme. E aí vêm aquelas conversas fiadas: “Ah, um civil bota o uniforme e simboliza que o comando é civil”. Uma discussão acadêmica, não é? Aí vinham com essa... “Ah, para com essa bobagem! Ajudou muito, muito. E eu ia para as operações e me metia no barro, me sujava, entrava dentro d’água. Não tinha problema nenhum.

O.S. – Certo.

N.J. – Entrava num voo, dava tiro naqueles tanques, e dirigia... Por exemplo, eu vou numa operação no Sul, lá no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, porque tinha uma operação dessas de treinamento que eles fazem, de exercícios, de manobras, e eu fui para lá e

particpei dos tiros e não sei o quê, e quando vou embora, tinha uma camionete, e eu disse: “Não, não. Eu quero dirigir o Marruá”. E aí fui dirigindo o jipe. Aí foi um negócio...Dá uma aproximação. E as pessoas ficam confiantes. Aí eu ficava... Descia lá, no caso... Aí eu chegava, eu sentava com os soldados lá para tomar chimarrão, comer um pedaço de carne... Faz parte do jogo. Afinal de contas, eu fui político também, não é? E depois é o seguinte, o que eu aprendi é que a teoria acadêmica vem depois do fato. É tudo *a posteriori*. Embora eles digam que seja *a priori*, mas é tudo *a posteriori*. Você faz as coisas e depois eles racionalizam. E, às vezes, as pessoas mesmo racionalizam as coisas, inventam certas... Aliás, não aconteceu nada. Isso foi algo que foi indo por acaso, no imprevisto. Mas depois de feito a coisa no imprevisto, aí você tenta fazer a racionalização, “não, eu montei assim, foi isso, foi aquilo”.

M.T. –Uma última pergunta, só para confirmar: então não tem nenhuma conexão cotidiana, nenhuma coordenação cotidiana com o Itamaraty em relação a essas...?

N.J. – Não. Tinha...

M.T. –...essas questões regionais? Tinha um interlocutor direto?

N.J. – Não. Acontece o seguinte: no início, quando o Itamaraty percebeu, enfim, que havia uma atividade de relações internacionais de defesa sendo feita, uma política internacional de defesa e que eu estava gerindo isso... É evidente que eu não ia criar atrito. Para que eu ia criar atrito?

M.T. – É claro.

N.J. – Então, aí eles começaram a qualificar pessoas para... Porque eles não tinham. Não tinha ninguém...

O.S. – Sem ter pessoas no Ministério da Defesa.

N.J. – Aí quem ficou... O primeiro sujeito que me ajudou muito, muito mesmo, para esse Conselho, foi o Pinta Gama⁶⁸, que hoje está em Londres, naquela IMO⁶⁹. O Pinta Gama ajudou muito, muito. Era um sujeito inteligente. Mas o Pinta Gama também... Ele trabalhou muito comigo. Depois do Pinta Gama veio um outro. Quem era o outro? Mas foi mais o Pinta Gama, quase o tempo todo. Depois o Pinta Gama foi promovido a embaixador, foi para a IMO. Na época ele não era embaixador. Tinha um interlocutor lá e eu coloquei gente aqui. Comigo, ficou por último o Alsina que agora está em Nova York, que é conselheiro. O Alsina me ajudou muito. Que era, inclusive, o Alsina é um teórico. Era um intelectual da defesa. Ele tem vários trabalhos sobre defesa etc.⁷⁰ E antes tinha um outro que era malandro, porque era um bom sujeito, mas não queria saber nada de... Era um grande adivinhador. Mas a interlocução maior foi com o Pinta Gama. Ele me ajudou muito. E depois, quem também participava muito em diálogo comigo e tinha interesse era o Samuel Pinheiro Guimarães.

M.T. – O Celso Amorim não?

N.J. – Não. O Celso, era muito pouco. O Celso ficava muito pouco em Brasília; ele vivia circulando o mundo todo.

O.S. – Agora, o Samuel, ele acompanhou sua gestão, por exemplo, em relação à tentativa de ter um acordo de qualidade maior em relação aos Estados Unidos?

N.J. – Acompanhou. Mas acompanhou pouco. Não é a praia dele. Mas o Samuel ajudou... Por exemplo, o Samuel e eu trabalhamos brutalmente para salvar a Avibras⁷¹. Com esse viés de defesa no sentido nacionalista, isso atraía muito o Samuel, porque o Samuel é nacionalista. Então ele valorizou muito. Inclusive, na discussão com a Fazenda, eu entrei, para tentar salvar a Avibras. Porque a Fazenda queria quebrar a Avibras. E acabamos salvando a Avibras e a Avibras, hoje, faz aqueles mísseis. E o Samuel ajudou muito, ele me ajudou bastante. Nessa área. Não nessas coisas de relações internacionais etc. Por exemplo, ele ajudou muito

⁶⁸ O entrevistado refere-se ao embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama.

⁶⁹ O entrevistado refere-se à Organização Marítima Internacional. Em inglês, International Maritime Organization (IMO).

⁷⁰ O entrevistado refere-se ao diplomata João Paulo Soares Alsina Junior.

⁷¹ O entrevistado refere-se à Avibras Indústria Aeroespacial.

na história do Protocolo Adicional. Ele era contra, brutalmente contra o negócio do Protocolo Adicional. Então ele era um aliado...

M.T. – Quem é que articulou isso, a favor de assinar o Protocolo Adicional, ou a favor de manter uma ambiguidade...?

N.J. – Ah, era o Celso.

M.T. – O Celso?

N.J. – O Celso. Mas aí eu acabei convencendo o Lula, aí...

M.T. – E aí não tinha mais conversa.

N.J. – “Para com esse troço. Para com isso aí. Não vem com essa conversa. Esse assunto é seu”, do jeito do Lula.

O.S. – E a atuação do Genoino, depois, isso foi mais em relação ao Congresso?

N.J. – Ajudou muito. Ajudou muito ao Congresso, ajudou naquela história da lei da Comissão da Verdade, os acertos que eu tive que fazer na Câmara e no Senado para votar. Porque primeiro eu consegui alguma solução dentro do governo, meio que empurrando o Paulo Vannuchi. O Paulo Vannuchi queria uma coisa mais radical. E eu entendia. O Paulo Vannuchi tinha uma dependência dos setores de esquerda, que estavam atrás dele. E tinha história. O irmão dele tinha sido morto naquele período e tal. Eu compreendia. E aí eu consegui uma solução intermediária. O Lula topou. Deu um problema, depois se resolveu, e aí o Lula autorizou a solução, eu fiz a solução e depois eu fui negociar no Congresso, e negocieei no Congresso e acabou sendo aprovada. Aquela lei foi aprovada por intervenção nossa. E o Genoino ajudou muito, muito, a assentar isso, inclusive aquela gestão do problema do Araguaia, também, criando um grupo de trabalho para tentar identificar corpos. E o Genoino dizia que não ia encontrar corpo nenhum. Porque lá é uma zona... Não tem como achar, é uma zona úmida, os ossos já devem ter tudo desaparecido. E, realmente, não

encontraram nada. Mas continuam lá fazendo as pesquisas, as buscas e tal. Para mostrar que tem que fazer.

M.T. – Ele era seu assessor principalmente para a relação com...

N.J. – Com política também, e com os militares. Porque acabou o Genoio tendo muito prestígio com os militares. Com a Marinha, com o Exército, com os generais e tal.

O.S. – Isso vem de longa data?

N.J. – Não. Foi nesse período..

M.T. – Faz sentido, para facilitar a relação com setores mais à esquerda do PT e ter essa...

N.J. – É. E o Genoio fazia essa ponte. Ou seja, ele identificava aqui os radicais insuperáveis, que não adiantava, e outros que eles podiam atrair.

M.T. – E o senhor conhece ele há muito tempo?

N.J. – Muito. Porque eu já era amigo dele. Nós fomos colegas na Constituinte.

M.T. – Ah, sim, é claro.

N.J. – Eu era líder do PMDB e ele era um grande ativista do PT, na época.

O.S. – Sim.

M.T. – Negociavam.

N.J. – Negociávamos, muito com ele. Aí ficamos muito amigos, muito amigos. Até hoje. Inclusive, quando eu estou em Brasília, ele sempre almoça lá em casa, pelo menos uma vez por semana. Agora, eu vou na casa dele. Ainda mais nesse momento que ele está passando.

Então tem que estar mais próximo. Ligo para ele e tal. Ele fez aniversário agora, e eu estou indo para São Paulo hoje, amanhã vou convidar ele para almoçar. Nessa hora é que a gente precisa...

M.T. – Tem que estar mais próximo.

O.S. – Ótimo. Muito obrigado.

M.T. – Muito obrigado. Foi ótimo.

O.S. – Fantástico.

N.J. – Muito obrigado a vocês.

[FINAL DO DEPOIMENTO]